



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FELISBERTO JÚNIOR PEDRO BACURIM**

**ESTADO, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE CIVIL:  
O CASO DE GUINÉ-BISSAU**

**SÃO FRANCISCO DE CONDE**

**2023**

**FELISBERTO JÚNIOR PEDRO BACURIM**

**ESTADO, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE CIVIL:  
O CASO DE GUINÉ-BISSAU**

Monografia como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC),  
apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras dos  
Malês, da Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para  
a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais,  
sob a orientação da Dr<sup>a</sup>. Clarisse Goulart Paradis.

**SÃO FRANCISCO DE CONDE**

**2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

B123e

Bacurim, Felisberto Júnior Pedro.

Estado, desenvolvimento e sociedade civil : o caso de Guiné-Bissau / Felisberto Júnior Pedro Bacurim. - 2023.

50 f. : il., mapas, color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarisse Goulart Paradis.

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais - Guiné-Bissau. 2. Sociedade civil - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 966.5

**FELISBERTO JÚNIOR PEDRO BACURIM**

**ESTADO, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE CIVIL:  
O CASO DE GUINÉ-BISSAU**

Esta monografia foi apresentada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte das exigências para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Data de aprovação: 24/01/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarisse Goulart Paradis (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Claudio André de Souza**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Victor Martins de Souza**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## AGRADECIMENTOS

O itinerário longínquo e árduo, porém, frutífero. Itinerário que nem sabia era qual, nem como se encontrava e, muito menos, se tinha o tão almejado pavimento. Para esse feito, agradeço ao ser Supremo pela sua benevolência de abençoar, iluminar e ter-me sobre as suas proteções. Em seguida, o meu imensurável agradecimento direciona-se à minha poderosa orientadora, Clarisse Goulart Paradis, não só por ter me orientado, proporcionado um aprendizado riquíssimo ao longo da nossa caminhada. E sim, por ter me demonstrado a sua dimensão humana, que a impulsiona a preocupar-se comigo nos momentos mais difíceis da minha vida. Neste sentido, agradeço a professora Ana Claudia Souza, Artemisa Cande Monteiro, Miriam Reis e demais personalidades que sempre estiveram e estão juntos comigo na luta de vida. Ademais, uma gratidão enorme estende-se aos meus familiares: Pedro Bacurim, Rosalina Malú, Aua Sila, Ivanilde Pedro Bacurim, Ronilsa Pedro Bacurim, Rosper Pedro Bacurim, Etiandro Pedro Bacurim, Walmer Bacurim, Helvio Da Silva, Mascarenho Vieira Bacurim, Victor Bacurim, Amado Faram Mané, Juelma Alves Mango, Dudú Pereira, Herickson Gabriel Sampa, Joel Isidoro Lopes Rodrigues Centeio Gonçalves, Aua Cassama, Mamadú Saliu Djaló, Elzira Sá e Toi Pereira Carvalho. Porque constituem a base, a força e a razão fundamental desta conquista coletiva. Sem a vossa contribuição, ajuda e energia positiva, falaríamos de outro assunto e não desta conquista importantíssima.

Também, aproveito a agradecer ao Brasil e, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em especial por terem me concedido a soberba e singular ensejo de realizar a graduação, que me fortifica de forma cognitiva e proporciona a possibilidade de constituir um profissional autônomo, com aptidão de contribuir na transformação da sociedade na qual me insiro. Ainda, agradeço todos os excelentes docentes e colegas discentes da UNILAB que testemunharam a minha passagem nesta jornada acadêmica marcante, única e memorável na minha vida. Por fim, mas não menos importante, agradeço a comunidade guineense de São Francisco de Conde por momentos de partilha, de confraternizações, pelos suportes nos momentos necessários e por tudo, porque constituem uma das bases importantíssima para me fortalecer, sentir-me em casa e da qual encontro a energia positiva que me fazia sentir que era possível, de poder seguir a luta diária e, conseqüentemente, alcançar essa vitória.

## RESUMO

Esta monografia busca entender a forma como as relações de Estado e sociedade civil guineense têm contribuído no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Diante disso, o Estado constitui um agente com a capacidade de planificar, projetar e executar os planos prioritários para desenvolver qualquer país. Nesta sequência, a sociedade civil configura como uma entidade cuja dimensão de complementariedade na dinâmica de desenvolvimento. Ainda, a democracia pressupõe um sistema sociopolítico que se fundamenta na dinâmica de participação e representação política de povo nas ações sociopolíticas, com vista a transformar a sociedade. E o desenvolvimento constitui a questão de engloba acumulação de capital, garantia a saúde, educação e entre outros. Neste sentido, a monografia busca perceber a ideia de Estado, sociedade civil, democracia e desenvolvimento na perspectiva ocidental; as abordagens de Estado e sociedade civil na dimensão africana; o processo de construção de Estado guineense, a sua democratização, a questão de desenvolvimento e a peculiaridade da sociedade civil guineense. Diante disso, para sustentar teoricamente esta monografia, cria-se um debate conceitual sobre o Estado, democracia, sociedade civil e desenvolvimento. Em suma, a monografia embasa na abordagem metodológica bibliográfica, qualitativa e exploratória.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico - aspectos sociais - Guiné-Bissau; sociedade civil - Guiné-Bissau.

## ABSTRACT

This monograph seeks to understand how State relations and Guinean civil society have contributed to the development process of Guinea-Bissau. In view of this, the State constitutes an agent with the capacity to plan, design and execute priority plans for the development of any country. In this sequence, civil society configures itself as an entity whose dimension of complementarity in the dynamics of development. Still, democracy presupposes a sociopolitical system that is based on the dynamics of participation and political representation of the people in sociopolitical actions, with a view to transforming society. And development is a matter of encompassing capital accumulation, guaranteeing health, education, among others. In this sense, the monograph seeks to understand the idea of State, civil society, democracy and development in the western perspective; State and civil society approaches in the African dimension; the process of building the Guinean State, its democratization, the issue of development and the peculiarity of Guinean civil society. Therefore, to theoretically support this monograph, a conceptual debate on the State, democracy, civil society and development is created. In short, the monograph is based on a bibliographic, qualitative and exploratory methodological approach.

**Keywords:** civil society - Guinea-Bissau; economic development - social aspects - Guinea-Bissau.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 - CONCEITUAÇÃO DE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL</b>	11
2.1	A LITERATURA OCIDENTAL SOBRE ESTADO	11
2.2	A LITERATURA SOBRE DEMOCRACIA	14
2.3	CONCEITUALIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	20
2.4	A LITERATURA OCIDENTAL SOBRE A SOCIEDADE CIVIL	23
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 - A LITERATURA AFRICANA SOBRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL</b>	27
3.1	A LITERATURA AFRICANA SOBRE ESTADO	27
3.2	A LITERATURA AFRICANA SOBRE A SOCIEDADE CIVIL	32
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 - ESTADO E SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE</b>	34
4.1	CONSTRUÇÃO DO ESTADO GUINEENSE	34
4.2	DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE	39
4.3	A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO GUINEENSE	40
4.4	SOCIEDADE CIVIL EM GUINÉ-BISSAU	41
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	45
	<b>REFERÊNCIAS</b>	48



## 1 INTRODUÇÃO

O Estado constitui um agente privilegiado de desenvolvimento, uma vez que o mesmo possui a capacidade de planejar, investir e escolher os sectores prioritários para as suas transformações, a fim de satisfazer as necessidades basilares, entre as quais: alimentação, habitação, a saúde, a educação e o trabalho (LOPES, 1982). Nesta sequência, De Barros (2014) avança que a sociedade civil configura como uma entidade coletiva que trabalha com vista a complementar o papel de Estado no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental (DE BARROS, 2014). Diante desses dados, a presente monografia busca compreender até que ponto as interações do Estado com a sociedade civil têm contribuído no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Estes constituem os sujeitos desta monografia que se encontram localizados no território da Guiné-Bissau, que se apresenta a seguir por meio da ilustração territorial no mapa.

**Figura 1 - Mapa do território da Guiné-Bissau**



Fonte da imagem: [www.istockphoto.com](http://www.istockphoto.com)

A figura 1 ilustra o mapa da Guiné-Bissau e as suas linhas fronteiriças, um país situado na costa ocidental da África, que faz fronteira com Senegal em zona norte, com Guiné-Conakry em zona sul e oceano atlântico em zona oeste. Tem um território de 36.125 km<sup>2</sup> e habitado por mais de 20 grupos sociais/”étnicos”.

O número das organizações da sociedade civil tem crescido bastante da Guiné-Bissau desde período da democratização do país em 1991 (KODAWO, 1996; CARDOSO, 2008; DE

BARROS, 2014). E têm contribuído muito na conscientização, na formação cívica, na integração social e, sobretudo, com as suas ações que buscam atingir as zonas onde há ausência de Estado, com vista a suprimir as dificuldades do povo local, desde ações de doações, possibilitando acesso médicos e medicamentosa, saneamento básico, sensibilização sobre não a devastação florestal etc. (DE BARROS, 2014).

No que diz respeito a parte metodológica, esta monografia se embasa na abordagem bibliográfica, no método qualitativo e exploratório, uma vez que constituem os métodos relevantes que possibilitam o contato com os textos, livros e demais materiais didáticos. Também, ajudam na questão de explorar ainda mais as qualidades dos argumentos trazidos no trabalho em detrimento das questões quantitativas. E, sobretudo, auxiliam na decifração e exploração das informações credíveis e viáveis que materializam a construção do objeto da pesquisa.

Ainda, para realização do trabalho, o recorte temporal será do ano de 1991 a 2019, compreendendo o período entre a data da liberalização política e a de realização das últimas eleições democráticas no país em análise. Por conseguinte, esta monografia, além da introdução e considerações finais, apresenta três capítulos. O primeiro se baseia principalmente em trazer as abordagens teóricas das temáticas sobre as dimensões, dinâmicas e roupagens de Estado, democracia, desenvolvimento e sociedade civil, no âmbito ocidental, a partir dos olhares de diferentes pensadores. O segundo capítulo se reserva em ilustrar as questões das singularidades e heterogeneidades do conceito de Estado e sociedade civil num contexto marcado pelo colonialismo, como é africano. Por fim, o terceiro capítulo centra-se em discutir as particularidades das dinâmicas do processo de construção do Estado, sociedade civil, democratização da Guiné-Bissau, a fim de proporcionar um bem-estar social.

## 2 CAPÍTULO 1 - CONCEITUAÇÃO DE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

### 2.1 A LITERATURA OCIDENTAL SOBRE ESTADO

Neste capítulo a pesquisa objetiva trazer diferentes abordagens que possibilitam compreender o conceito de Estado moderno, em seguida, o texto busca apresentar abordagens teórico e conceitual sobre a democracia, desenvolvimento e a sociedade civil, com base nas concepções de diferentes pensadores.

E para materializar o debate conceitual sobre o Estado, a empreitada mobiliza as teorias nos olhares de diferentes pensadores, que o fundamentam na base de diferentes vertentes. Sabe-se que a primeira traz uma abordagem que ilustra a concepção e aparição de Estado por meio de contrato social na perspectiva de Hobbes, no século XVI e Locke, no século XVII. Em seguida, no século XVIII, o trabalho dialoga com Hegel numa abordagem conceitual de Estado como um órgão de estabilização de estado de natureza. Já no século XIX, o trabalho dialoga com Max, Gramsci e Weber. E, por último, preenche-se com a perspectiva de Bobbio no século XX, que considera o Estado um ordenamento jurídico.

Hobbes (1983) sustenta que o Estado surge por meio de um contrato social realizado entre os homens que se encontrava no estado da natureza, sobre qual se viviam mediante a guerra de todos os homens contra todos os homens. De modo que esse pacto social deu origem ao Estado, aquele que denomina de grande Leviatã, que configuraria como a entidade que vai garantir a justiça social, a propriedade privada, com a capacidade de defender as invasões dos estrangeiros, das injúrias, que mantenha o respeito entre os homens (HOBBS, 1983).

Por outro lado, Locke (1966) ressalta que no momento em que os homens viviam no estado da natureza constatavam a liberdade, igualdade e paz, contudo, com a possibilidade de o estado da guerra ser provocado, decidiram realizar um contrato social, que constitui o momento de surgimento do Estado. E este seria um juiz comum para resolver possíveis contendas, que vai preservar a propriedade privada (a vida, a liberdade e os bens) de todos os homens e configura como remédio viável para inconveniências do estado de natureza (LOCKE, 1966).

Por sua vez, Hegel (1821) acrescenta que o Estado não se limita na questão da eliminação do estado da natureza, mas sim, estende-se a conservação, prolongamento e estabilização do estado de natureza no Estado. Ou seja, o momento da força não é suprimido, e sim, possui uma nova roupagem sobre qual a guerra de todos contra todos passa a ser a guerra

de uma parte contra a outra parte "a luta de classes, da qual o Estado configura como expressão" (HEGEL, 1821 *apud* BOBBIO, 1982).

Para Marx, o Estado seria o resultado duma imposição ou dominação de classe, quer dizer, da divisão social perante o modo de produção econômica. Em virtude de sustentar a ideia de aparição do Estado gerado pela divisão social de classe, o autor acrescenta que qualquer que seja a instituição legal que possui o fundamento jurídico e coercitivo constitui o elemento de sistema de dominação política, e para que este sistema de poder seja abolido, passa necessariamente que seja destituída a sociedade de classes.

De modo que aqui entraria a necessidade de os proletariados desencadear uma luta contra a burguesia, levando em consideração que os seus objetivos gerais se convergem com os de sociedade. Por isso, faz sentido haver a libertação humana pela via de Estado. Uma vez que, este último não passaria dum mal que assegura o progresso das forças produtivas (MARX *apud* MACHADO, 2018).

Conforme a ideia de Gramsci (1973), é notório que o Estado não pressupõe um fim em si, mas sim, um aparelho, um instrumento que não representa interesses universais, e sim, particulares. É uma entidade condicionada pelos ensejos particulares, também não uma instituição permanente, porém, transitória cujo intuito de transformar a sociedade (GRAMSCI, 1973 *apud* BOBBIO, 1982).

Segundo Weber (2015), o Estado moderno é uma associação institucional de dominação, que aspira a monopolizar com sucesso no interior de uma região, a violência física legítima, enquanto meio de domínio e que unifica. Nesta sequência, autor acrescenta que o Estado pressupõe uma relação de dominação de homens sobre homens, que se fundamenta na violência considerada legítima, ou seja, ressalta que a existência do Estado passa pela necessidade de haver a submissão por parte dos dominados para com a autoridade requisitada por aqueles homens respectivamente dominantes.

Além disso, Weber descreve as três principais formas pelas quais um domínio pode ser considerado legítimo, a saber: a autoridade de eterno ou poder tradicional sobre qual se fundamenta através do hábito e princípio patrimonial; a autoridade do dom pessoal extraordinário ou poder carismático, que se atribui a uma pessoa pelo seu heroísmo, pela aquisição singular das propriedades da liderança "carismática", de modo que esse tipo de dominação se exerce pelo profeta, príncipe guerreiro, imperador plebiscitário, demagogo e líder partidário político. E, por último, configura a dominação constituída por meio da "legitimidade", que se estabelece na base de validade de estatuto legal e da "competência", ou seja, se embasa nas regras social e racionalmente criadas no pressuposto da disposição de

cumprir os deveres instituídos. Portanto, um domínio tal como se configura esta última forma de dominação acima apresentada é exercido pelo moderno funcionário do Estado e assegurado pelas instituições que deste emana (WEBER, 2015).

Ainda, na perspectiva de Bobbio (1987), o Estado pressupõe o ordenamento jurídico, o poder soberano cujo a capacidade de criar e aplicar direito num determinado território, ou seja, se fundamenta na base de três principais elementos, a saber: o povo, o território e a soberania. Nesta ótica, explica que o território constitui a limitação da validade espacial do direito do Estado, o povo configura como o limite de validade pessoal do direito do Estado, também conta com a validade temporal que se refere ao tempo limitado de aplicação de direito (BOBBIO, 1987).

Como sustenta Jeffrey Alexander (1991), trabalhar com as teorias dos clássicos nas ciências sociais contemporânea constitui uma questão importante e possibilitam a discordância endêmica na disciplina. Também, avança que os clássicos se figuram como um símbolo que representa e condensa, e como a gramática, porque os mesmos dariam uma base comum, a fim de facilitar as interligações e comunicações necessárias (ALEXANDER, 1991). Por outro lado, Giddens, na sua leitura sobre a importância de diálogo com as teorias dos clássicos, alega que os clássicos figuram como fundadores que geram diálogos conosco. Ainda, sustenta que os clássicos devem ser lidos, relidos para tirar o benefício, porque constituem uma base de reflexão a respeito dos desafios contemporâneos. Nesta perspectiva, acrescenta que os clássicos apresentam uma capacidade sólida singular no âmbito das ciências sociais de ponto de vista metodológico (BOTELHO, 2013).

De modo geral, as abordagens conceituais sobre o Estado aqui levantadas são extremamente importantes, uma vez que não só possibilitam entender diferentes dimensões do mesmo, e as mudanças que têm sofrido com o passar de tempo nos olhares de pensadores. Nesta sequência, permitem compreender o Estado na dimensão de estado de natureza (sobre qual se constata a guerra todos contra todos); estado de natureza (predominante das leis da natureza, a liberdade, igualdade, a paz, boa vontade e assistência mútua); o Estado como estabilização do estado de natureza; dominação de classe; associação institucional de monopólio de violência física legítima e como ordenamento jurídico. E, sobretudo, por apresentarem conteúdos fundamentados e relevantes, que terão papéis preponderantes em ajudar a compreender a ideia de Estado na realidade sociopolítica da Guiné-Bissau, nos capítulos seguintes.

## 2.2 A LITERATURA SOBRE DEMOCRACIA

Esta seção busca trazer um debate teórico nas perspectivas de diferentes autores, com vista a proporcionar a compreensão a respeito da literatura conceitual da democracia. Nesta sequência, no momento inicial, o trabalho mobiliza e dialoga com pensadores que ilustram o surgimento de termo democracia, a sua primeira experiência em Atenas, as suas características iniciais, a sua reinvenção, a sua instituição e suas condições subjacentes.

Diante disso, segundo Cardoso (2018), o termo democracia, desde a sua primeira utilização no vocabulário da filosofia política grega, no século V a. c, tem apresentado diversas concepções de organização política e das relações sociais. De modo que não apresenta uma única concepção entre os estudiosos da política, cidadãos, indivíduos comuns, no entanto, o fato é que a democracia está sempre associada ao problema de organização da convivência de coletivas humanas (Cardoso, 2018). Ainda, o autor sustenta que a democracia pressupõe a instituição da autoridade política, sobre a qual se legitima na base de duas condições fundamentais, dentre as quais: a condição da soberania popular ou do governados que vão ter uma participação ativa na construção das leis e obedecer às normas ou as leis anunciadas pela autoridade política; e a outra condição assenta-se na ideia de que a autoridade não tem o direito de eternizar nessa posição, portanto, as suas ações devem ser avaliadas pelos governados. Diante disso, constata-se a ideia de autoridade legítima constituída por meio da participação do governado, de seleção do governante e como avaliação das ações dos governantes constituem elementos comuns nesse sistema político. Nesta senda, a democracia configura como uma ideologia política que visa proteger conjunto de princípios com vista a proporcionar uma organização das relações entre governantes e governados, que se diferencia de despotismo<sup>1</sup> e de autoritarismo<sup>2</sup>. Portanto, considera que na perspectiva democrática, tanto despotismo assim como autoritarismo são considerados como modos de exercício de poder político, que não incorporam a participação ativa e consciente do governado no governo.

Ainda, Cardoso adianta que na história política ocidental, o governo democrático teve a sua primeira experiência em Atenas, cidade grega, no século V a. c, sobre qual a democracia era entendida como o governo de muitos, diferentemente do governo de um que é a monarquia e do governo de poucos, a aristocracia. Com isso, a democracia apresenta a necessidade de

---

<sup>1</sup> O despotismo denota o mando autocrático, isto é, o governo de um só homem, cuja vontade e palavra são a única e inapelável fonte da lei. (CARDOSO, 2018, p. 50).

<sup>2</sup> O autoritarismo, por sua vez, denota formas de governo que restringem a participação do governado nos processos de deliberação política por meio de proibições e restrições expressas em leis impostas aos governados. (CARDOSO, 2018, p. 50).

constituição da instituição "assembleia de muitos", que assegurasse o direito de voz, de voto na assembleia e que as demandas dos muitos sejam levadas em consideração. O cidadão era considerado o homem adulto, que nasceu na cidade de Atenas, residente na cidade pelo menos três gerações. Por outro lado, as mulheres foram excluídas e não eram consideradas cidadãs, também, foram excluídos os provenientes dos outros reinos ou cidades, mesmo sendo proprietários de terras ou comerciantes e nem havia ideia de os escravos serem considerados cidadãos (CARDOSO, 2018).

Com a reinvenção da democracia algumas características da primeira experiência democrática em Atenas vieram a se tornar temas de debate teórico e ideológico na realidade sociopolítica da modernidade ocidental, a partir de século XVII. Neste trilho, na democracia moderna, vê-se a incorporação de critério de reeleição dos cidadãos aos cargos de direção dos governos e de representação política, de mandatos longos sobre qual a duração varia entre os países, os funcionários públicos são selecionados por concursos públicos, ideia da aprovação de propostas de leis na base de maioria e aceitação e a proteção de minorias (CARDOSO, 2018).

Ademais, na democracia moderna constata a mudança na relação entre governado e governante, sobre qual repara a diferença na participação política que separa o homem comum "eleitor" do político profissional, vê-se a introdução do conceito de Estado, a especialização das atividades políticas, partido político, as eleições competitivas, os meios da comunicação, as entidades de representação de interesses e a separação de poder por Legislativo, Executivo e Judiciário (CARDOSO, 2018).

Nesta senda, surge a abordagem que ficou conhecida como a do elitismo democrático que ascende no século XIX e XX, sobre qual sustenta que o surgimento de elites acontece na base da vontade da associação humana. Ainda, defende a ideia de esvaziamento das expectativas de igualdade e da continuação da diferença enorme nas relações de poder e na riqueza em qualquer que seja sociedade humana. Na teoria do elitismo democrático, a democracia constitui uma ferramenta ou procedimento que visa selecionar os líderes e elites políticos, ou seja, possibilita a concentração do poder nas mãos de um político profissional, a fim de tomar as decisões políticas. Por outro lado, essa teoria sustenta que os povos têm o papel simplesmente de votar para escolher os governantes, contudo, não têm o direito de participar nas tomadas das decisões políticas, uma vez que estragariam tudo (WEBER, 1917; SCHUMPETER, 1942 *apud* CUNHA; MENDONÇA, 2018).

Por outro lado, a teoria do pluralismo democrático se defere de elitismo democrático, uma vez que Mill e Downs (1957) e Dahl (2005) ilustram que a teoria pluralista aceita e compreende a democracia como um sistema da governação imbuída da capacidade de lidar com

a pluralidade de interesses. Também, considera que a sociedade se constitui por diferentes grupos que competem entre si no campo político, com vista a conquistar o poder. Nesta linha de pensamento, aqui, a democracia constitui um processo de competição eleitoral e entre os atores políticos. Com isso, defende o combate a subordinação que as mulheres sofrem, a liberdade individual, a de expressão de imprensa, de associação e a participação ativa de cada membro social sobre as decisões voltadas a sua vida. E, sobretudo, essa teoria considera que o poder não está concentrado numa elite, no entanto, distribuído entre diversos grupos que concentram diferentes forças sociais, culturais, econômicas e políticas, com base nas necessidades comuns (MILL; DOWNS, 1957; DAHL, 2005 *apud* CUNHA; MENDONÇA, 2018).

Em seguida, o ambiente da democracia pluralista apresenta a característica e a possibilidade de competitividade e representatividade, por meio do governo representativo que se fundamentaria eticamente na ideia de garantir a segurança, a proteção aos indivíduos e fazer com que os indivíduos não se sintam ameaçados e perseguidos pelo fato de terem interesses particulares. De modo que apresenta a ideia de voto secreto com peso igual, carrega consigo benefícios sobre o impedimento da configuração de uma maioria monolítica contra minorias, está ligada a questão de tomada de decisões e de proporcionar a igualdade de poder. Ademais, deve se fundamentar na participação ampliada dos cidadãos, da fiscalização dos atos do governo, proporcionar os espaços para efetivação desses objetivos e deveria constituir uma forma de incentivar a resolução dos interesses de um grupo social, como o caso dos mais pobres. (BENTHAN; MILL; MADISON, 1984; PATEMAN, 1992; AVRITZER; SANTOS, 2002 *apud* CUNHA; MENDONÇA, 2018).

Por outro lado, segundo Dahl (2001), a democracia pressupõe a cooperação entre indivíduos com vista a atingir os objetivos semelhantes e tendo a Constituição como guia para direcionar as ações políticas. Nesta ordem de ideia, sustenta que, para concretizar esses objetivos, criaram uma associação e assembleia, cujo propósito de discutir ideias e apresentação de reflexões consideráveis entre os membros constituintes antes qualquer que seja decisão. De modo que, o fato de discutir, refletir e decidir constitui elementos indispensáveis para criação dessa associação, também, todos, com base na Constituição, possuem a mesma qualificação para participar e discutir democraticamente as demandas políticas, a fim de fazer a associação dar passos progressivos (DAHL, 2001).

Ainda, Dahl salienta que a democracia constitui uma ideologia política de cooperação entre os indivíduos, que faz se necessário levar em consideração alguns critérios e normas para poder corresponder o governo e exigências de uma associação democrática. Nesta perspectiva,



demonstra que a democracia visa proporcionar as oportunidades para a participação efetiva dos membros duma sociedade democrática, busca conceder a igualdade de votos, a aquisição de entendimento da realidade política, exercer o controle definitivo do planejamento das demandas políticas e, sobretudo, proporcionar a inclusão dos adultos. E quanto a ideia da participação política, mostra claramente que todos os membros constituintes da associação devem ter a garantia das oportunidades iguais e efetivas, com intuito de cada um expor as suas ideias políticas, ouvir as de outros membros e participar nas discussões e tomadas de decisões das mesmas. Diante disso, entra a necessidade de haver a igualdade de voto efetiva entre todos os participantes da esfera política e os seus votos devem ser contados como iguais. Por outro lado, ilustra o critério de entendimento esclarecido, que revela a importância de os membros de associação terem a mesma e efetiva oportunidade, no que diz respeito a aprendizagem sobre as dinâmicas políticas e possíveis consequências (DAHL, 2001).

Além disso, Dahl (2001) apresenta o critério do programa de planejamento, sobre qual os membros devem ter o ensejo de dar as suas sugestões sobre as demandas que merecem ser colocadas no planejamento. De modo que os critérios supracitados não se concluem no processo democrático, uma vez que as políticas da associação apresentam mudanças quando os seus membros entenderam necessário. Por conseguinte, mostra a ideia da atribuição de direito pleno e da inclusão de todos ou maioria dos adultos na associação democrática.

Nesta sequência, Dahl explica que para um país ser considerado democrático, faz se necessário que o mesmo tenha determinados arranjos, práticas ou instituições políticas, a saber: instituição de funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, a autonomia para as associações e a cidadania inclusiva. Diante disso, ao debruçar sobre as instituições políticas do moderno de governo democrático, Dahl justifica que a ideia de proporcionar os funcionários eleitos assenta na questão de encarregar as decisões políticas aos indivíduos eleitos pelos cidadãos e assim permitir as suas participações políticas. Em vista disso, sustenta que, se as demandas dos cidadãos não foram cumpridas pelos seus funcionários do governo escolhidos, ficarão insatisfeitos e, assim, têm a possibilidade de os descartar nas eleições seguintes.

Por outro lado, Dahl ressalta a exigência da democracia a respeito da realização das eleições livres, justas e frequentes como de atribuir a oportunidade igual e efetiva a todos os cidadãos, para poderem votar e vendo os seus votos serem contados como iguais ao elegerem os seus funcionários. E para concretizar essa igualdade de voto, as eleições devem acontecer de forma livres e justas. As eleições de forma livre pressupõem que os cidadãos podem ir às urnas sem medo de pressão; para serem justas, passa pela necessidade de os votos serem contados de

modo igual. Portanto, salienta que não basta que as eleições sejam livres e justas, e sim, os cidadãos devem manter o controle final sobre as ações políticas e, por fim, as eleições devem ser frequentes para restabelecer ordem social. No final de século XIX, a forma de votação secreta começou a substituir a mão erguida em público (DAHL, 2001).

A despeito da liberdade de expressão como elemento que a democracia exige, Dahl (2001) mostra que os cidadãos têm o direito de se expressar sobre a questão sociopolítica, fazer as críticas aos funcionários do governo, ao regime vigente e sobre a situação econômica, sem nenhum risco de punições. Também, acrescenta que a liberdade de expressão não se limita a dar direito aos cidadãos a serem ouvidos, mas sim, se refere o direito de ouvir as ideias que os outros tem a dizer sobre a demanda sociopolítica, a ideia de obter a compreensão clara sobre possíveis ações políticas do governo e permite aprendizagem entre os cidadãos por meio das suas emissões de opinião. Nesta ótica, a não permissão de liberdade de expressão fez com que os cidadãos percam a sua capacidade de influenciar as decisões do governo, fato não favorável ao sistema democrático, favorecendo um governante autoritário.

Outrossim, Dahl considera que as fontes de informação diversificadas constituem um dos elementos fundamentais que a democracia exige, sobre qual realça que os cidadãos têm direito de procurar fontes de informações diversificadas dos outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e entre outros meios. Ou seja, sustenta que os cidadãos devem ter acesso a fontes de informação que não estejam sob controle do governo ou manipuladas por qualquer que seja grupo ou ponto de vista, a fim de facilitar a participação política efetiva dos cidadãos e, assim, influenciar o planejamento público.

Além disso, apresenta a autonomia como parte de elementos exigidos pela democracia moderna, isso mostra que os cidadãos têm o direito de formar associações independentes, como os partidos políticos e grupos de interesses. De modo que as associações independentes constituam espaços e fontes de educação cívica, que proporcionam informações fundamentais aos cidadãos sobre a realidade sociopolítica e, sobretudo, configuram como lugares oportuno para discutir, deliberar e adquirir conhecimentos políticos (DAHL, 2001).

Sobre a outra exigência da democracia a respeito da cidadania inclusiva, Dahl ressalta que a democracia propõe a ideia de não proibir um adulto exercer os seus direitos das instituições democráticas. Ou seja, o direito a escolha de funcionários, de ser elegível aos cargos públicos, de livre expressão, de formar e participar das associações políticas independentes, de ter acesso a fontes de informação independentes e das demais liberdades. As instituições democráticas, acima descritas, não chegam uma única vez num país, mas sim, são conquistadas e instituídas com o passar de tempo, fato histórico que varia de um país ao outro. Dahl leva em

consideração a conjuntura do governo e sistema democrático moderno em grande escala se denomina de poliarquia, ou seja, democracia poliárquica.

Neste itinerário, ilustra que o termo poliarquia advém de palavras que pressupõe “muitos” e “governo”, e assim é associado ao “governo de muitos” que se diferencia de governo de poucos, dos quais: a oligarquia ou aristocracia (DAHL, 2001, p. 37). A vista disso, realça que a democracia poliárquica pressupõe um sistema político que proporciona os representantes eleitos, as eleições livres, justas e frequentes, a liberdade de expressão, a informação alternativa, a autonomia para as associações e a cidadania inclusiva. Nesta sequência, autor descreve algumas condições essenciais que favorecem as instituições democráticas, a saber: o controle dos militares e da Polícia por funcionários eleitos, a cultura política e convicções democráticas, nenhum controle estrangeiro hostil à democracia e fraco pluralismo subcultural (DAHL, 2001).

Em seguida, Dahl (2001) sustenta que a ideia de controle dos militares e da polícia, sobre qual mostra a pouca probabilidade das instituições democráticas se desenvolverem, se as forças militares e a polícia estejam sob controle de funcionários eleitos democraticamente, uma vez que isso constitui uma grande ameaça interna e mais perigosa para democracia. Por isso, há necessidade de os funcionários eleitos tenham sempre controle sobre os militares e a Polícia, com vista a estabelecer e preservar as instituições democráticas. A respeito da intervenção estrangeira, demonstra que é menos provável que as instituições democráticas de progredirem quando estão sob a intervenção de um país estrangeiro.

Também, ilustra que as instituições políticas democráticas têm maior possibilidade de se desenvolver num país culturalmente muito homogêneo e menos probabilidade num país com subculturas diferenciadas e conflitantes. De modo que, culturas diferentes se fundamentam na base de diferença de língua, religião, raça, identidade étnica, religião e, muitas vezes, de ideologia, diferenças essas que impulsionam, muitas vezes, se distinguem o “nós” do “eles”, se constata a procura de restrição de relacionamentos pessoais na questão de amigos, companheiros, parceiros de casamento, vizinhos, convidados etc. Num país de subculturas, os conflitos culturais sobre a questão da religião, língua, códigos, discriminação de um grupo social para com o outro, se o governo apoiar as instituições religiosas de um grupo e outro considerar o ato de ofensa a sua cultura e entre outros aspectos podem constituir obstáculos na arena política democrática (DAHL, 2001).

Esses debates teóricos e, assim, como os outros apresentados desse trabalho constituem elementos importantes, como se percebe no argumento de Marre (1991), o objeto deve ser assegurado com a perspectiva teórica, com a finalidade de elucidar o mesmo e possibilitar a compreensão de melhor forma possível. Nenhum objeto empírico se constrói simplesmente

com a observação imediata sobre a realidade, mas sim, esta observação remete a necessidade de relativizar e introduzir a modalidade de observação que se sustenta com olhar teórico, que por sua vez transforma a compreensão e constituição do conteúdo empírico do objeto em debate. De modo que, a construção do objeto ou a conceituação dos fenômenos não dependem exclusivamente da impressão imediata, e sim, necessita da albergar uma abordagem teórica (MARRE, 1991).

Diante desses pressupostos, as abordagens levantadas nesta seção são extremamente importantes, uma vez que, trazem um debate conceitual de democracia em fundamentado, sobre qual ilustra a primeira experiência da democracia em Atenas, no século V a. c, as suas características iniciais, a sua reinvenção com o passar de tempo, a descrição da sua nova roupagem que se fundamenta na questão de governo representativo e participação política. Também, pelo fato de apresentar uma descrição dos princípios democráticos, a saber: a participação efetiva, igualdade de votos e a inclusão dos cidadãos na esfera política. Ainda, sobre fato de apresentar os arranjos e instituições políticas fundamentais em grande escala, que tornam um Estado democrático, dos quais: funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, a liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, a autonomia para associação e a cidadania ativa. E sem esquecer das condições subjacentes e favoráveis que garantem a estabilidade do sistema, entre as quais: o controle dos militares e da Polícia para funcionários eleitos, a cultura política e convicções democráticas, nenhum controle estrangeiro e fraco pluralismo subcultural. Portanto, esses fatores supracitados ajudarão a refletir e analisar o Estado e como funciona o sistema democrático em Guiné-Bissau, entender como se vigora os princípios democráticos, os arranjos institucionais democráticos e as condições subjacentes e favoráveis em relação a proporcionar a estabilidade de sistema.

### 2.3 CONCEITUALIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A ideia de política desenvolvimentista se afirma no âmbito internacional depois da Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall. Momento em que se via a emergência da Guerra Fria, entre os EUA e a URSS, na qual cada parte se busca a forma de se impor a sua agenda de transformação, a capitalista e socialista, para com os restantes dos países do mundo. E a agenda capitalista acaba por se impor (FERREIRA; RAPOSO, 2017). A política de desenvolvimento se desdobra por diferentes gerações, de modo que em cada apresenta e amplia a sua dimensão baseando nas críticas recebidas e os desafios do momento. Neste sentido, vê-se que na primeira geração, o desenvolvimento *mainstream*, ou seja, o paradigma principal de

desenvolvimento acontece por meio de aumento considerável de crescimento econômico (CF. AMARO, 2004 *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017). Este só seria possível com base na industrialização que passa necessariamente pela acumulação de capital através de oferta de mão-de-obra excessiva (Meier, 2005).

Já a segunda geração, apesar de ainda presente, preocupava com a afirmação da microeconomia e da mão invisível do mercado, que se fundamenta na industrialização voltada para exportações. Nesse momento se verifica a neoliberalização das economias por meio de estabilizações e dos ajustamentos estruturas, ou seja, com o "Consenso de Washington" que incentiva a desregulação financeira, econômica e privatização das empresas públicas (WILLIAMSON, 1994 *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017). Estas condições foram impostas, principalmente nos países africanos e sul-americanos, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). O desenvolvimento *mainstream* foi aumentado as suas dimensões, levando em consideração a questão de crescimento endógeno que possibilitaria o conhecimento de capital humano como fator importante para o crescimento econômico (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

A terceira geração demonstra a preocupação com a relevância de capital social e se sustenta nas estruturas institucionais, formais e informais, que apresentam reflexos diretos na economia, na ilustração da Nova Economia Institucional (CF. MEIER, 2001 *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017). A aceitação da importância da inclusão das questões socioculturais na economia e da sociedade civil no processo de desenvolvimento constitui um impulso de acreditar na ideia de desenvolvimento promovida por instituições internacionais, principalmente Banco Mundial (CF. HICKEY; MOHAN, 2004 *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Por outro lado, Kay (2018) avança que diante de política neoliberal de desenvolvimento, vê-se uma série de críticas sobre essa teoria desenvolvimentista e, inclusive, a crítica e contribuição latino-americana da "teoria de dependência", sobre a qual demonstra que a relação de troca e de desenvolvimento estabelecida pelo ocidente gera mais dependência dos países latino-americanos para com os de metrópole. Essa política cria uma relação que ilustra a questão de superioridade sobre a questão econômica, política e cultural, e a ideia de centro e periferia, países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento etc. (KAY, 2018).

A relação de dependência conhece as suas origens históricas no colonialismo e imperialismo, com presença na atual conjuntura social por diversas formas e, inclusive, na questão de "dependência tecnológica". A teoria de dependência, apesar da sua maior influência nos finais dos anos 60 e 70, ainda é presente e continua a ser importante na atualidade. Essa

teoria considera que o processo de desenvolvimento dos países emergentes só pode ser compreendido aquando estão mediante a relação com os países desenvolvidos (KAY, 2018). O desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem estruturas parciais, mas independentes, que formam um único sistema, só assim podem ser compreendidos (SUNKEL, 1972 *apud* KAY, 2018). O subdesenvolvimento contemporâneo configura como o resultado histórico das relações econômicas passadas e continuas entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos (FRANK, 1966 *apud* KAY, 2018).

Com as críticas acima supracitadas e, dentre outras, dirigidas à política desenvolvimentista capitalista defendida pelo FMI e BM, se constata que esses mudam as suas políticas e atribuem o desenvolvimento uma característica multidimensional, tendo o Homem no centro e buscando satisfazer as necessidades deste. A ideia essa seguida pela ONU nos seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, desde início de década de 1991, e permite o surgimento de denominado "desenvolvimento humano e desenvolvimento social" (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Em seguida, surge a ideia de desenvolvimento comunitário que visa essencialmente possibilitar a envolvimento da população no mapeamento dos recursos locais, seus desafios e as formas possíveis de satisfazer as suas necessidades. Ou seja, privilegia a ideia da integração no enfrentamento dos problemas de cada comunidade. (CF. SILVA, 1962 *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017). Alguns autores preferem fazer a diferença entre o desenvolvimento comunitário da ação comunitária e da organização comunitária, com vista a distinguir as ações impulsionadas e dirigidas pelo Estado por meio das suas instituições em relação as ações oriundas, lideradas e executadas na base da comunidade (CF. FRAGOSO, 2005b *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Também, aparece a outra dimensão da questão em debate, a denominada de desenvolvimento local ou desenvolvimento endógeno que constitui a ideia de participação das comunidades ou grupos locais na questão de buscar "respostas locais" para a superação dos problemas, ameaças e os desafios impostos pela globalização. Ou seja, apresenta uma política descentralizada de desenvolvimento a partir dos territórios diferenciados nos aspectos sociais e culturais (PECQUEUR, 1989 *apud* FERREIRA; RAPOSO, 2017, p. 124). Por outro lado, o desenvolvimento comunitário e local pressupõe os princípios de mudança desencadeados por atores locais, por meio da mobilização e participação, com vista a mudar as condições de vida e valorizar os recursos locais (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Além disso, a aparição da proposta de desenvolvimento sustentável faz se pensando na relação que Homem tem com a natureza, que tem vindo a levantar impactos e preocupantes.

Por isso, surge a ideia de desenvolvimento sustentável que pressupõe atender as necessidades do presente sem criar prejuízos às necessidades das gerações vindouras, quer dizer demonstra a preocupação da solidariedade intergeracional e de uma boa gestão de meio ambiente (COMISSÃO DE BRUNDTLAND, 1987 apud FERREIRA; RAPOSO, 2017). Portanto, as propostas de desenvolvimentos alternativos todos acabam apresentando uma das duas situações, a saber: ora apresenta a dimensão de acumulação capitalista com acréscimo da dimensão da justiça social, cultural, ecológica; ora a de projetos anticapitalistas ou anti-produtivistas, porém, mesmo assim não se desvinculam com a marca da experiência modernista ocidental, com características e valores alheios a outras culturas. Assim se designa de o progresso e o universalismo etc. (CF. LATOUCHE, 1995 apud FERREIRA; RAPOSO, 2017).

#### 2.4 A LITERATURA OCIDENTAL SOBRE A SOCIEDADE CIVIL

De acordo com Keane (1988) "sociedade civil foi um conceito relacionado aos países da Europa e aos Estados Unidos até o início da terceira onda de democratização"(KEANE, 1988 apud AVRITZER, 2012). Ademais, Avritzer (2012, p. 384) acrescenta que, "em sua primeira formulação, a sociedade civil é um conceito dualista, que expressa o início de um processo de diferenciação entre Estado e sociedade na Europa". Ainda, segundo Avritzer (2012), essa dualidade se expressa em duas fundamentais transformações apresentadas pela modernidade, ou seja, a concepção que assentava na diferenciação entre o Estado e a sociedade na Europa (AVRITZER, 2012).

Diante disso, a aparição da expressão "*societas civilis*" se traduz para latim do conceito *koinonia politike* e utilizado por Aristóteles, salientando que a sociedade civil se relaciona com a perspectiva da "comunidade pública ético-política", que prega o princípio da igualdade e com normas da vivência social que sustentam em *éthos* partilhados por membros da comunidade social (COHEN; ARATO, 1992 apud COSTA, 1997).

Ademais, a despeito da sociedade civil, vê-se diversas perspectivas sobre a temática e, nesta senda, entende-se que os jusnaturalistas, desde Hobbes até Kant, acrescentam que a sociedade civil se opõe ao estado da natureza, estado no qual se figura simplesmente as leis naturais. E, por outro lado, salientam que a sociedade civil pressupõe aquela ajustada e assegurada por uma autoridade, que possui a capacidade de garantir a liberdade, a segurança e a relação social na base de paz entre os homens (BOBBIO *et al*, 1983 apud COSTA, 1997).

Por sua vez, Hegel (1974) demonstra claramente que, na construção da sociedade civil o sistema de necessidades se constitui uma parte da sociedade sobre qual os indivíduos

privilegiam os seus interesses, de modo que esse fato traz resultados negativos no que toca a ideia da preservação do espírito público e de traços da solidariedade social. Este âmbito remete à necessidade de haver organizações intermediárias e associações que vão se servir de alicerces indispensáveis para dar uma nova "eticidade" social (HEGEL, 1974, *apud* COSTA, 1997). Em outra perspectiva, Marx sustenta que a sociedade civil se refere ao conjunto das relações sociais comerciais, industriais e materiais entre os indivíduos na esfera dum estabelecido nível de progresso das forças produtivas (MARX *apud* BOBBIO, 1982).

A sociedade civil, na visão de Gramsci, não se refere ao momento da estrutura, no entanto, ao de superestrutura. Por outras palavras, para autor, esta esfera social já não se compreende todas as relações materiais da vida comercial e industrial, mas sim, estende-se a entender o conjunto das relações ideológico-culturais (GRAMSCI *apud* BOBBIO, 1982). Sabe-se que o discurso atual da sociedade civil não se fundamenta na questão de classe, mas sim, nos princípios da ação coletiva com a orientação e ligação das instituições legais, das associações e públicas da sociedade. De modo que, se difere do Estado e da economia capitalista, no entanto, para compreender as profundas transformações que estão a acontecer na América, Europa e dos principais atores sociais, o conceito da sociedade civil constitui um elemento fundamental para tal.

Diante disso, Cohn e Arato (2000) acrescentam que a sociedade civil no seu ressurgimento traz uma dimensão que transcende aquela ligada a perspectiva histórica dualista da sociedade civil no Ocidente, uma vez que apresenta lições extremamente relevantes a oferecer às democracias liberais. Ou seja, traz uma dimensão conceptual de autolimitação, da ideia de sociedade civil composta por movimentos sociais assim, como conjunto de instituições, da orientação da sociedade civil enquanto um espaço novo de democratização e da influência da sociedade civil na sociedade política e econômica. Além das descrições supracitadas, concebem a sociedade civil como um conjunto de movimentos democráticos, na qual faz presente a característica de autolimitação que busca alargar e proteger os espaços para a liberdade negativa e positiva, e assim reconstruir formas igualitárias de solidariedade sem obstruir a auto-regulação econômica (COHEN; ARATO, 2000).

Por outro lado, já na contemporaneidade, o debate acerca da conceptualização da sociedade civil ganhou a nova roupagem e contorno com diferentes perspectivas, como é possível observar na escrita de Costa (1997), sobre qual destaca as duas grandes vertentes de pensadores do tema em debate. Dentre as quais vê-se a versão enfática e versão moderada. Neste trilho, a sociedade civil pressupõe "uma rede de associações autônomas e independentes do Estado, as quais agrupam os cidadãos em torno dos interesses comuns, que por meio de sua



mera existência ou atividade podem desencadear efeitos sobre a política" (Taylor, 1991 *apud* Costa, 1997).

Em seguida, compreende-se que a sociedade civil no olhar de Keane (1988) perde integralmente a sua característica singular de "natural inocência", uma vez que não se limita fora da arena política, e sim, se corresponde ao campo político repleto da capacidade de dinamizar completa e radicalmente a democratização das instituições do Estado (KEANE, 1988 *apud* COSTA, 1997).

Nesta linha de pensamento da versão enfática, Walzer (1991) realça que a sociedade civil constitui os grupos que possuem o projeto fundamentado nas ações voltadas ao propósito de bem-estar não para qualquer que seja formação particular, mas sim, para o bem da própria sociabilidade (WALZER, 1991 *apud* COSTA, 1997).

No que tange versão moderada da concepção da sociedade civil na contemporaneidade, Shils (1991) considera que a temática em debate engloba a teia de instituições e atividades que convergem com a forma e expressão ao "espírito cívico". Outrossim, acrescenta que o mesmo espírito se compreende como a consciência coletiva da participação conjunta na sociedade. Por conseguinte, o autor acrescenta que a sociedade civil se refere as entidades que se mostram compromissos com a sua sociedade e a preserva contra qualquer que seja tentativa da destruição vinda do princípio egoísta do indivíduo ou do grupo. Neste itinerário, ressalta que a sociedade civil se configura fortemente pelos defensores e promotores das "tradições cívicas" e do espaço público (SHILS, 1991 *apud* COSTA, 1997). E na ótica de Dahrendorf (1991, p. 262 *apud* Costa, 1997, p. 10), "a sociedade civil representa o "contexto da ação" de atores, que, a partir de baixo, vitalizam e renovam a política. De modo que, as associações independentes do Estado representam um elemento constitutivo da sociedade civil".

Já no século XX o conceito em debate ressurgiu no âmbito sociopolítico, já vestido duma roupagem que alberga a ideia de tripartite, sobre qual a sociedade civil apresenta característica diferente do mercado e, assim, como do Estado. Ou seja, demonstra uma perspectiva diferente em relação a de século XIX. Diante disso, sustenta que o mercado pressupõe uma esfera sobre qual as atividades econômicas privadas são desenvolvidas, de modo que, difere da sociedade civil, uma vez que esta reaparece justamente com a perspectiva de explicar os processos de transformações sociais que estavam a surgir nos países da Europa do Leste e nas sociedades latino-americanas (AR, 1981 et al *apud* AVRITZER, 2012).

Na ótica de Avritzer (2012), o significado de tripartite apresenta explicação ligada a diferenciação do final do século XX, sobre qual Cohen e Arato (1992 *apud* Avritzer, 2012) fazem a questão de diferenciar a sociedade civil do que consideram de mecanismos que

controlam a ação da economia (dinheiro) ou ação das organizações formalmente organizadas e burocraticamente estruturadas (poder). Diante disso, estabelecem uma relação da sociedade civil ao nível institucional de um mundo da vida, que se entende como um lugar da socialização, interação social e, sobretudo, de atividades públicas.

Em linhas gerais, as abordagens mobilizadas e desenvolvidas aqui sobre a concepção da sociedade civil constituem fatores indispensáveis para compreender diferentes olhares a respeito deste conceito. Porque, possibilitam entender a sociedade em diferentes olhares e dimensões, a saber: a sociedade civil como a comunidade pública ético-política, enquanto a oposição ao estado da natureza, um conjunto de relações sociais comerciais, como superestrutura, espaço de democratização, uma rede de associações autônomas e independentes do Estado, a consciência coletiva da participação e como uma dimensão tripartite. Em suma, essas diferentes concepções de sociedade civil constituirão a base para entender a dimensão da sociedade civil em Guiné-Bissau e, especificamente, as organizações em debate no presente trabalho.

## **3 CAPÍTULO 2 - A LITERATURA AFRICANA SOBRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL**

### **3.1 A LITERATURA AFRICANA SOBRE ESTADO**

Em linhas da sustentação e compreensão da ideia do Estado na literatura africana, esta seção se fundamenta por meio de pensadores que problematizam a concepção de nação. A primeira concepção refere-se à categoria de grupos humanos que possui o seu desdobramento, na perspectiva de Elaigwu. E o segundo momento mobiliza-se os autores como: Elaigwu (2010), Ki-Zerbo, Mazrui e Wondji (2010), Cardoso (1995), que ilustram o processo da construção do Estado nas sociedades africanas pós independência e os desafios da sua consolidação.

Na perspectiva de Elaigwu (2010), a concepção de nação se constitui atrelada a três categorias, sobre as quais a primeira refere-se a uma comunidade estável, com indivíduos que possuem o território como algo em comum, com uma vida econômica, cultural, uma língua e na qual faz se presente a característica evolutiva ao longo da história. A segunda vincula-se às pessoas que habitam um território unificado sob tutela de um governo único, um Estado, enquanto a terceira seria uma concepção que considera a nação enquanto “um povo ou uma tribo” (ELAIGWU, 2010, p. 564).

Ainda, Elaigwu (2010) mostra que essa concepção de nação apresenta dois atributos fundamentais, dentre as quais: atributos objetivos e subjetivos. Nesta ótica, os objetivos referem-se a questão da língua, história, território, cultura, religião, organização política e a vida econômica. Por outro lado, os subjetivos tratam-se dum aspecto sentimental comum da identidade, de comprometimento ou fidelidade ao grupo social pertencente a cada qual. Além conceituar a nação, salienta que a nação busca edificar as suas características e singularidades, ou seja, sustenta que a o processo de edificação da nação baseia-se fundamentalmente em cultivar e fazer crescer certos comportamentos, convicções, valores políticos que possibilitam a planificação de uma cultura política. E no âmbito da edificação da nação destaca-se duas dimensões, das quais: a dimensão vertical ou ocidental e horizontal ou africana.

Na dimensão vertical, a edificação da nação associa-se à questão da identidade e da construção do Estado, ou seja, assenta-se na ideia de que os grupos sociais existentes na sociedade africana aceitam na legitimação de um governo central, que neste se sintam identificados e encarando-o como símbolo da nação. Com isso, mostra que não existe exclusivamente um Estado, e sim, indivíduos de diversos grupos sociais que aceitem a sua

autoridade, uma vez que constata em seu governo a representação simbólica da sua comunidade política.

Por outro lado, na perspectiva africana ou horizontal, a edificação de nação pressupõe o fato que não seria necessariamente a transferência do “sentimento de pertinência e de fidelidade”, que faz os indivíduos ou grupos sociais a afastarem das suas identidades culturais particulares, a fim de ligá-los a entidade política mais ampla. Para pertencer um grupo social, constitui uma questão da identidade, de modo que, a identidade não pode ser algo transferível, e sim, pode ser ampliada do horizonte para que os grupos sociais restritos reconheçam as suas identidades. E, assim, incorporar as entidades mais vastas, como o Estado.

Na dimensão horizontal da edificação da nação faz-se presente a aceitação da igualdade entre os membros constituintes juridicamente, reconhecimento do direito de compartilhamento da história comum, os recursos, valores morais e demais aspectos do Estado. Este processo de edificação da nação possui uma singularidade fundamental que possibilita, de modo geral, os membros de diferentes grupos sociais a participar na planificação do processo de desenvolvimento, tanto nos momentos bons ou ruins (ELAIGWU, 2010). A experiência mostra que a construção do Estado segue em curso, assim como, a edificação da nação no contexto africano, fato que provocou o surgimento de “nações-Estado”, que apresenta dois aspectos fundamentais no que concerne a integração nacional (ELAIGWU, 2010, p. 566). Quer dizer, refere-se o aspecto da “diversidade na unidade” e o da “unidade na diversidade”, de modo que, isso mostra a convergência desse processo na criação de “nações-Estado” assim como de “Estados-nação” (ELAIGWU, 2010, p. 566).

Guiné-Bissau, assim como outros países africanos, encontraram na luta armada, depois de várias tentativas de negociações, o itinerário a percorrer para alcançar a soberania que estava sob administração de jugo colonial. O país supracitado conquistou a sua soberania sob a liderança e mobilização do Partido Africano pela Independência da Guiné e de Cabo-Verde (PAIGC), que desencadeou a luta armada anticolonial. Neste país, a nação nasceu antes do Estado, por isso, a edificação nacional apresentava-se como uma condição prévia à constituição de um Estado (ELAIGWU, 2010).

Ki-Zerbo, Mazrui e Wondji (2010) comentam que depois da independência, os países africanos se preocuparam fortemente com a construção dos seus Estados, comunidades nacionais e, sobretudo, em edificar a as suas economias com vista a responder as demandas e anseios dos povos. Também, havia a preocupação em estabelecer as relações interafricanas e mundiais, contudo, diante desses pressupostos vê-se que a ideia da integração nacional se chocou com certos interesses étnicos ou pseudoétnicos, bloqueio da integração africana por

ambições “micronacionais” e choque entre os projetos de sociedade que visam garantir o desenvolvimento socioeconômico com valores “negativos” das sociedades pré-coloniais e do sistema colonial. Mediante os desafios acima referenciados, os líderes africanos tinham que decidir entre seguir o caminho neocolonial ou o de reviravolta nos valores sociopolíticos africanos (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 568). Portanto, muitos países africanos seguiram o sistema socialista. No olhar de “O socialismo [...] é uma tradição permanente do nosso povo [...]. Trata--se de uma atitude das nossas sociedades em respeito às pessoas, postura esta que não exige ser codificada sob o prisma da teoria científica” (MBOYA apud KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 568).

O fracasso do socialismo em África teve a ver com a tentativa de associar, no plano conceitual, o capitalismo ao imperialismo e ao colonialismo, com a corrupção endêmica presente no seio dos dirigentes africanos após a independência. Com a ideia defendida que a África possui uma realidade sociocultural coletivista e socialista, fato aproveitado para justificar a necessidade de seguir a via do Estado de partido único como forma de dar sequência a cultura coletivista (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010).

De acordo com Ki-Zerbo (2010), fracasso de socialismo na sociedade africana pode ser explicado por quatro fatores. O primeiro está fortemente ligado a força da "etnicidade", ou seja, a maioria dos africanos são membros dos seus grupos sociais e, posteriormente, membros de certa classe social. Em seguida, o segundo fator está atrelado a força da falha nas relações entre elites culturais africanas com as classes econômicas, quer dizer, as elites constituíam as classes que podiam revolucionar o sistema socialismo em África, porém, o fato de incorporarem a educação ocidental, acabaram por reproduzir as práticas coloniais e alimentar os seus poderes.

Por conseguinte, o terceiro fator assenta-se no sistema e modo da organização das sociedades africanas, que se fundamentam na tradição coletivista tradicional, e diante dos desafios do período da independência não houve condições e muito menos a preparação para alcançar o coletivismo organizado e sustentado no comando. E o quarto fator refere-se uma questão histórica que ilustra a participação dos países africanos na integração econômica mundial, dominada pelo Ocidente.

Com o fracasso de socialismo em África, houve uma grande mobilização de diversos movimentos sociais com princípios democráticos liberais que apareceram com exigências de finalização de dominação de sistema de partido único, de retorno ao pluripartidarismo e eleições políticas e de valorização dos direitos humanos indispensáveis (da liberdade, associação, liberdade de imprensa e de não detença arbitrária, etc.) (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010).

Também, exigiam a justiça social, a privatização das empresas públicas, a liberalização dos mercados e a descentralização, a participação de todas as classes sociais nas tomadas de decisões e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento. No âmbito de fracasso de regime socialista nas sociedades africanas, por não ter mostrado a capacidade de responder as demandas, anseios do povo e de não mostrar indícios viáveis para a construção da nação, a queda do regime socialista na Europa Oriental e na União Soviética e com as pressões do FMI, os dirigentes africanos acabaram por seguir as exigências feitas pelos movimentos sociais em África, no início dos anos 1980 (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI, 2010).

De acordo com Cardoso (1995), as sociedades sob orientação de regime socialista, em 1989 com a queda de muro de Berlim, enfrentam uma profunda crise econômica e ideológico, e isso afeta os países africanos alinhados ao bloco soviético. Com isso, constata-se a nova configuração geopolítica mundial que propaga a ideologia neoliberal, que se configura não exclusivamente como a única digna de crédito, e sim, como o único a seguir. Diante disso, Cardoso reforça que a crise econômica vista nos países de regime socialistas após a queda de muro de Berlim, também apresenta os seus efeitos em África nomeadamente em Guiné-Bissau, Gana, Costa do Marfim e Senegal, que recorrem o financiamento econômico de FMI e Banco Mundial como mecanismo viável de superar essa crise. Em outros países como o caso de Angola, Moçambique e Benin, fazia permanecer um sistema econômico centralizado, assim justificam-se que o fracasso econômico se vinculava a ausência de democracia e ao sistema unipartidário. E criaram as condições necessárias e aderiram o liberalismo econômico, a democracia multipartidária e a ideia de defesa dos direitos do homem (CARDOSO, 1995).

Elaigwu (2010) considera que os fatores que dificultam e tem dificultado a edificação da nação em África, após a independência, assentam-se na questão de herança do tipo da educação ocidental, herança das leis europeias nas instituições judiciais, a herança da organização administrativa colonial, criação da nova elite africana, adoção das línguas coloniais, a permanência dos currículos escolares ocidentais nas escolas africanas, herança da religião Islã e cristã. Sobre a herança de sistema educacional, Elaigwu sustenta que a educação de tipo ocidental herdada nas sociedades africanas, tornou-se um passaporte viável para a socialização, também criou uma nova elite africana e alienação cultural.

Por outro lado, a língua portuguesa também constitui um elemento preocupante da herança colonial que vigora nas sociedades africanas, serve como um veículo de alienação que impulsiona os africanos a desvalorizar as suas línguas em detrimento das línguas europeias (ELAIGWU, 2010). Por conseguinte, a permanência de currículos escolares repleto das realidades sócio-histórica e política ocidentais fez com que a educação escolar africana não

constitui um elemento de socialização da juventude sobre as suas reais realidades culturais, com vista a ter o espírito de edificação da nação (ELAIGWU, 2010).

A ideia primordial das elites africanas, após a emancipação nacional, era consolidar a autoridade do poder central e do Estado, garantindo um domínio expandido e eficaz. Por isso, entendiam que o Estado e partido constituíam instrumentos fundamentais para a criação de uma consciência nacional que a edificação da nação configura como um objetivo de longo prazo. Portanto, compreende-se que o intuito dos novos Estados africanos estava distante de convergir com as realidades sociais africana, a realidade dos impérios e dos antigos reinos africanos (ELAIGWU, 2010).

Os líderes africanos seguiram as suas linhas políticas ideológicas na base de socialismo e capitalismo, no entanto, posteriormente houve a forte intervenção militar na política africana, ou seja, os golpes de Estado<sup>3</sup> aumentaram. Nesta linha de pensamento, Elaigwu reconhece as causas que impulsionam os militares a intervir no campo político na realidade africana, divisão nas estruturas sociopolíticas, problemas da etnicidade e classes, desacordos entre os dirigentes, incompetência política dos dirigentes e fracasso econômico.

Em seguida, a outra causa elencada pelo Elaigwu refere-se aos fatores intramilitares ou sociomilitares, que advém do exército militar e influenciada pelos fatores sociais e da intervenção civil no campo militar. Também, tem a ver com o nível de profissionalismo dos militares, de uso dos militares enquanto agente apolítico nas questões políticas, com a tensão na caserna, com a manipulação dos militares por parte dos políticos e, por fim, pela circunstância da derrota no campo da batalha. E última causa surge numa situação que engloba os conflitos entre chefe militar e chefe político. Os militares, mesmo depois do golpe de Estado, acabam por se encontrar num regime destruído, isso remete-os ao mesmo itinerário da construção do Estado e da nação e do processo de desenvolvimento econômico.

Ou seja, com as suas intervenções desempenham o papel de tutores, reformadores ou radicais. Diante disso, na explicação de Elaigwu compreende-se que o papel tutor baseia na ideia de regime militar manter a ordem pública em detrimento da introdução de mudanças na sociedade, enquanto o papel de regime reformista assenta justamente em criar a identidade nacional e impulsionar o desenvolvimento econômico e, por último, o papel de regime racional refere-se a forma de apresentação dos laços entre os interesses dos oficiais, provenientes

---

<sup>3</sup> Desde a derrubada do rei Fārūq, pelo exército egípcio, em 1952, os golpes de Estado militares multiplicaram -se na África – no Sudão (1958), no Zaire (1965), em Daomé, atual Benin (dezembro de 1965), na República Centro-Africana (janeiro de 1966), na Nigéria (janeiro de 1966), em Gana (fevereiro de 1966); na Etiópia, em 1974, o imperador Hailé Sélassié foi afastado do poder e em seguida deposto (ELAIGWU, 2010, p. 555).

principalmente das classes média e baixa. Com tudo isso, os regimes militares apresentam registros menos eficazes, que não contribuíram no fortalecimento do Estado, na edificação da nação e muito menos na consolidação da identidade. E em consequência perpetuaram os problemas de etnicidade, de classe, de raça e de religião. Por conseguinte, compreende-se que tanto os militares assim com os civis não demonstraram forte capacidade de mobilização a favor da edificação da nação (ELAIGWU, 2010).

A centralidade da análise desta pesquisa no que se diz respeito a concepção da nação, o seu desdobramento e a sua edificação em África convergem-se com a perspectiva ilustrada acima por Elaigwu e não outros autores pensadores. Isso deve-se ao fato dos conteúdos abordados a respeito da edificação da nação se aproxima da organização social e cultural existente em Guiné-Bissau, que está em constante luta da edificação da nação-Estado e sem perder de vista as singularidades culturais de diferentes grupos sociais que se encontram no país. E, por meio destes pressupostos, buscar unir os povos e consolidar nação-Estado, o que Elaigwu denomina de edificação da nação na dimensão horizontal.

### 3.2 A LITERATURA AFRICANA SOBRE A SOCIEDADE CIVIL

Na visão de Anvidoho e Lauer (2016), nas comunidades africanas tradicionais, da época pré colonial, havia uma integração do aspecto civil com o político, fato que demonstra a irrelevância no que tange a distinção de Estado e sociedade civil, porém, o colonialismo provocou a ruptura dessa integração que constituía um ponto forte da sociedade tradicional. Ainda, nestas sociedades se vê a distinção das sociedades de tipo organizada como Estados e de tipo que não apresenta aparato estatal. A organização social dos grupos sociais Zulus<sup>4</sup> da África do Sul, por exemplo, se encaixam no primeiro exemplo e os Tallensis de Gana na segunda modalidade (ANVIDOHO; LAUER, 2016). Por sua vez, Amílcar Cabral denomina essa modalidade de "sociedade vertical" e a "sociedade horizontal" (LOPES, 1982).

Além disso, Anvidoho e Lauer (2016) as sociedades africanas tradicionais apresentavam indícios fortes das características comunistas, que possuem um senso comunal bem acentuado, das quais os vínculos familiares apresentam um papel fundamental nas relações sociais, sobre as quais se consideram os princípios de ouro a ideia de o individualismo e a ética se ajustarem com os valores e interesses comunitários. Esses princípios comunistas impulsionam os indivíduos desse meio a preocuparem mais com o que a sociedade pode ganhar

---

<sup>4</sup> Constituem um povo que se localiza no sul da África, concretamente na África do Sul, Lesoto, Essuatíni, Zimbábue e Moçambique.



com as suas ações, a fim de poder proporcionar uma prospecção desejada em comum, não o que podem ganhar da sociedade. Também, faz se presente, nestas sociedades, a prática de ajuda mútua, harmonização de interesses humanos para o bem-estar comum, por isso, a agricultura tradicional de cada linhagem familiar se realiza com a participação de toda comunidade. No entanto, acabam sofrendo influencias da industrialização e, assim, estão sob impacto e adoção da característica individualista do capitalismo (ANVIDOHO; LAUER, 2016).

Por outro lado, em África, a sociedade civil se caracteriza por diferentes momentos, o de colonização e descolonização, poder do Estado, transformações políticas nos anos noventa, com a abertura democrática, finalmente a cooptação da sociedade civil por parte das agências internacionais e o Banco Mundial (BRANDES; ENGELS, 2011 *apud* BUSSOTTI; MUTZENBERG, 1996). Por sua vez, Lamer ilustra a sociedade civil no contexto africano por quatro momentos, a saber: o das lutas nacionalistas e independentistas (1950-1960), a formação dos novos Estados africanos, com a incorporação dos movimentos sociais no seio das estruturas institucionais (1960-1975), o ajustamento económico e estrutural (1975-1989) finalmente, os movimentos em prol da democracia (1990-2010) (LAMER, 2010 *apud* BUSSOTTI; MUTZENBERG, 1996).

## 4 CAPÍTULO 3 - ESTADO E SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE

### 4.1 CONSTRUÇÃO DO ESTADO GUINEENSE

Antes de adentrar em questão principal desta seção, o trabalho remete a obrigação de ilustrar que o atual território que constitui a Guiné-Bissau eram e são ocupado por diferentes grupos sociais que se dispersavam na base das suas demarcações territoriais. A ocupação do país em debate foi o resultado de rejeição dos grupos sociais "etnias" de origem mandé (o povo Mandinga, um dos grupos sociais que compõe o mosaico cultural guineense) no século XIII e XIV (LOPES, 1982). Nesta sequência, em consonância com o censo de 1991 de recenseamento da população da Guiné-Bissau, na base de diferentes grupos sociais, se constata os seguintes grupos sociais (etnias): Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco, Papel, Brame, Beafada, Bijagó, Mista, Felupe, Cunate, Balanta-mané, Nalu, Fula-de-futa, Baiote, Saracolé, Jacanca, Padjadinca, Cassanffile, Fula-preto, Caboiana, Tanda, Landuna, Baga, Fula-de-boe, Banhus, Bambara, Jaloto, Suma, Fula-de-toro, Temene e Fula-forro (MANGO, 2001).

Segundo sociólogo guineense, Carlos Lopes (1982), na zona litoral, ou seja, em arquipélago dos bijagós e as ilhas próximas, se encontra os grupos sociais "etnias" Diolas/Balantas, os Manjacos, os Beafadas e Nalus e os Bijagós/Cocolis/Padjadincas. No interior se constata os Mandingas vindos do Alto Niger, instalados na região de Kaabú (que dominavam o Império do Mali), e os Fulas que povoam o mesmo território no século XV, espalharam por diversas localidades do território e, conseqüentemente, conquistaram o Futa Djalon no século XIX. O reino de Kaabú, que atualmente faz parte do território da Guiné-Bissau, fazia parte de Império do Mali nos séculos XIII a XV, com a desintegração desse império, o reino de Kaabú passou a ser autônomo, governado por mansa (rei) e na base das linhagens familiar (Sané e Mané) (LOPES, 1982).

Já, o líder imortal, Cabral (1974) fez-nos lembrar que os grupos sociais referenciados, nas suas sociedades, apresentavam, antes da época colonial, a agricultura, a pesca, a caça como meios das suas subsistências. E se organizavam e organizam na base de duas formas estruturais, a estrutura social vertical e horizontal. A sociedade de tipo vertical (exemplo de grupo social Fula, Mandinga, Mancanha, Manjaco, Papel etc.) se estrutura na base da hierarquia social, sobre a qual em cima há um chefe, os religiosos, a gente grande da religião com os quais chefes formam uma classe, e em seguida aparecem outros profissões e os demais. Por outro lado, a sociedade de tipo horizontal (exemplo de grupo social Balanta) se configura sem nenhuma hierarquia em cima, com indivíduos livres (CABRAL, 1974).

Em 1446, os grupos sociais acima referenciados viram a presença portuguesa nos seus territórios (LOPES, 1982). Estabeleceram as relações simples e comerciais, no entanto, em 1466, os portugueses começam a executar uma relação comercial exploratória, de pessoas, com os chefes tradicionais. Em 1930 começa a institucionalização de administração colonial portuguesa no atual território da Guiné-Bissau, com a nomeação de Capitão-Mor de Nunes Andrade, concretamente na região de Cacheu (MANGO, 2001). Assim se estabelece a Guiné Portuguesa que configurava uma Província Ultramar do império colonial português, um lugar que se recheava dos princípios da discriminação dos guineenses, que se fundamentava no Estatuto Indigenato (que considerava quem era cidadão e quem não era, dava privilégios aos "cidadãos civilizados", que assimilavam os moldes culturais portuguesa) (ORAMAS, 2014). Lopes (1982) por sua vez considera que a administração colonial portuguesa na Guiné-Bissau se sustentava na base dos órgãos de ministro das colônias, serviços de administração civil, inspectores, governador geral, administração das províncias, governadores da província, administradores de conselho ou de circunscrição, chefes de posto, cipaios<sup>5</sup> e tudo se fazia em benefício da colônia portuguesa. E em 1888, com a conferência de Berlim, que possibilitou os colonos europeus dividirem a África, houve a dominação completa do mesmo e a Guiné-Bissau não fôgiu dessa realidade (LOPES, 1982).

Diante desses pressupostos, Oramas (2014) afirma que sempre houve a resistência dos guineenses das práticas discriminatórias que a colonização portuguesa se implantava. Nesta perspectiva que foram criados os movimentos anticoloniais. O Movimento para a Independência da Guiné (MING) foi criado em 1955, dirigido por Rafael Barbosa e composto por intelectuais assalariados. Em 1959, foi criado o Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde (movimento esse que advém na fusão dessas três pequenas organizações: União Democrática da Guiné; União Democrática de Cabo Verde; e União de Populações da Guiné), que reivindicava a autonomia e a emancipação. Foi criado ainda, 1960, a Frente de Libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde (FLGC), por Henry Labéry, com mistura de cabo-verdiano e senegalês. Em 1962, em Dakar, foi criado o movimento Frente da Libertação Nacional da Guiné (FLING), que além de lutar pela autonomia e independência da Guiné, também era anti-cabo-verdiano (ORAMAS, 2014).

E, inclusive, nesta dinâmica, apesar de ser criado depois dos acima referenciados, em 1956, sob a proposta e liderança de Amílcar Lopes Cabral, foi criado o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde. Lopes (1982) enfatiza que o PAIGC foi criado por

---

<sup>5</sup> Constituíam os nativos guineenses transformados em soldados que respondiam sob ordens dos colonos portugueses.

Amílcar Lopes Cabral, juntamente com outros cinco membros (Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin), com objetivo de libertar o povo guineense e cabo-verdiano da dominação colonial. E conseguiu, uma vez que desencadeou, depois de várias resistências e sensibilizações para pôr face ao império colonial, a guerra de libertação contra a dominação colonial portuguesa, sob a orientação de Amílcar Cabral, que teve início no dia 23 de janeiro de 1963 na região de Tite.

A guerra objetivava a liberdade nacional que visava a libertação das forças produtivas do nosso país para que as mesmas estivessem à disposição do nosso povo. Com isso, a verdadeira independência seria quando a mesma se transformasse na melhoria de condição da vida do nosso povo, sustentava Cabral (LOPES, 1982). A guerra essa que, inicialmente, as guerrilhas de PAIGC tinham simplesmente 6 pistolas, uma arma de fogo e uma catana (LOPES, 1982). Perante a dominação colonial, Amílcar Cabral, com a sua liderança no PAIGC, desencadeia a luta armada tendo como objetivos principais: abolição da exploração de homem pelo homem, criar união entre os militantes, união entre os grupos sociais/”étnicos”, a esperança de criar um homem novo (por meio da educação que valorizasse a cultura local) e africano com orgulho de o ser. Por conseguinte, a luta de libertação nacional durou 11 anos, o movimento da libertação, após a conquista de maior parte de território ocupado, proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973 (LOPES, 1982).

Depois da independência em 1973, a Guiné-Bissau seguiu o modelo desenvolvimento com a inspiração nas ilustrações socialista (LOPES, 1982; CARDOSO, 1995; MENDY, 1996;). Cardoso (1995) adianta que o PAIGC, enquanto o movimento de que dirigiu a luta e o partido único pós emancipação, não tinha um programa governativo, por escrito, nesta direção. Visto que, espelhando no modelo socialista se deve a razão de que a Guiné-Bissau, na realização de luta anticolonial, foi apoiado fortemente pelos países socialistas (União soviética principalmente) e pretende manter a confiança nessas relações, e a razão de que os países que seguiam o paradigma de desenvolvimento liberal se entravam em fracasso (CARDOSO, 1995).

Na perspectiva de Jauará (2006), entende-se que na década 80, com a elaboração de nova constituição de república que visava a extinção do cargo de primeiro-ministro e o fortalecimento de poder de presidente da república da Guiné-Bissau geram a tensão entre alas e, conseqüentemente, um golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, liderado por João Bernardo Vieira (Nino). Um golpe motivado pela insatisfação no seio de PAIGC a respeito da nova Constituição da república, sobre a qual a constituição cabo-verdiano sustentava que o presidente deveria ser cabo-verdiano e a mesma abolia a pena de morte, enquanto a constituição guineense não especificava a nacionalidade e não abolia a pena de morte. Fato que levantou a

suspeita da institucionalização da dominação de Cabo-Verde, por meio de regime de Luís Cabral, sobre a Guiné-Bissau (JAUARÁ, 2006). Este golpe de Estado, por sua vez, não trouxe as transformações positivas nas estruturas administrativas, mas sim, acabou com as relações e a organização supranacional do PAIGC que unia<sup>6</sup> a Guiné-Bissau com Cabo-Verde (LOPES, 1982).

As ideologias de PAIGC, os princípios da construção de um "homem novo", a ideia de construção de um Estado novo com fundamentos da divisa de "Unidade e luta" que unia os grupos sociais (etnias) que compõem a Guiné-Bissau, organização social na base socialista e as razões que impulsionam os combatentes a lutar, tudo isso, não deram certo como haviam planejados. Assim, na perspectiva de sociólogo Carlos Lopes, esse fracasso deve ao fato de que, nos funcionários públicos, faltava o conhecimento sobre a administração pública, o que motiva o regresso das relações administrativas de base colonial. Também, fez-se presente o nepotismo, o problema partidário, havia forte intervenção militar nos assuntos políticos, a não colocação de problema nacional no primeiro plano, havia conflito das motivações econômicas entre movimento da libertação nacional e a pequena burguesia (LOPES, 1982). Esse fracasso se explica também na base das relações de rivalidades criadas e de luta pela hegemonia entre a elite luso-africana (crioula) e as lideranças "etnorurais" (JAURÁ, 2006).

Com o propósito de superação da crise econômica de década 80, de 1983 à 1984 houve a implementação dos planos de desenvolvimento econômico, defendido por Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que, por outro lado, deu assim o começo do período da liberalização econômica e sociopolítica em Guiné-Bissau (CARDOSO, 1995; MENDY, 1996). Esses programas apresentavam a criação de bases sólidas para a situação econômica e financeira, a liberalização de comércio, a racionalização de uso de ajuda externa e controle da economia. E em 1987 inicia a aplicação de Programa de Ajustamento Estrutural (programa de estabilização econômica e financeira, criado, em 1945, pelas instituições de Breston Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) como mecanismo de fortificar as estratégias de desenvolvimento liberal apresentadas em 1983 (CARDOSO, 1995). A implementação, execução desses planos de desenvolvimento e do Programa de Ajustamento Estrutural trouxe consequências negativas para sociedade guineense, ao acarretar uma diminuição progressiva da

---

<sup>6</sup> Amílcar Cabral, enquanto filho de pais caboverdiano, nasceu em Guiné-Bissau, uniu a Guiné-Bissau e Cabo-Verde para combaterem contra a dominação colonial portuguesa. Após a independência, os dois eram considerados Estados binacionais, os mesmos eram liderados por esses dois povos, conjuntamente, A unidade desses países foi interrompida com o golpe de Estado que aconteceu em Guiné-Bissau em 1980.

produção de alimentos, êxodo rural, dependência externa incontrolada, ameaça constante da crise econômica (CARDOSO, 1995; DE BARROS, 2014).

A despeito das razões atreladas aos falhanços na construção e consolidação do Estado da Guiné-Bissau, o sociólogo guineense, Carlos Lopes (1982), frisa que a luta armada se fundamentava nos princípios da união interétnica, o que demonstra, simultaneamente, a construção do Estado guineense se faz na base da conjugação dos princípios referidos e por meio destes o mesmo se deve sustentar. Esses princípios devem constituir o ponto de chegada e da partida, ou seja, deve passar por este caminho ao pretender materializar os seus objetivos.

O que quer dizer que o processo de reconstrução nacional passaria justamente para integração nacional, fato que requer a tarefa social, econômica e política. No entanto, ainda se vê o Estado da Guiné-Bissau preso às características do colonialismo, e não aplicando as experiências trazidas, de luta armada, pelo movimento de libertação. O que acaba comprovando a dissociação do Estado com a base que fazia a unidade e a força da guerra de libertação nacional. Amílcar Cabral já tinha a consciência desses problemas e da tradição de uma pequena burguesa, sobre a qual vai se impor a sua força política a fim de satisfazer as suas necessidades em detrimento do bem comum. E mediante isso, Cabral adverte que após a independência o que permitiria a união seria o fim da exploração do homem pelo homem (LOPES, 1982).

Por outro lado, Teixeira (2015) destaca que uma das questões que têm dificultado o Estado guineense no seu processo de consolidação, para que pudesse ter a capacidade de responder as demandas sociais, reside no fato do mesmo tem funcionado na linha de política de nepotismo e de formação das alianças com famílias, grupos sociais e políticos com cargos nos governos, que os possibilitam ter cargos governativos na zona regional, setorial e a nível nacional. Também, a pobreza constitui outro componente impulsionador da crise do Estado guineense, o que remete a consideração de "tudo como a prioridade". E os comportamentos dos partidos políticos, sejam caracterizados como "libertadores" ou "progressistas", não têm apresentado condições necessárias para uma mudança positiva de atuação política de Estado e muito menos na criação de uma nova concepção da representação política (TEIXEIRA, 2015). Diante dos desafios da construção e consolidação do Estado guineense, o país vê no sistema democrático o itinerário viável para estabilidade e transformação social para o bem-estar comum.

## 4.2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE

Os anos 1974 e 1990 caracterizam-se pelo fenômeno da terceira onda de democratização, sobre qual a democracia liberal ganhou uma dimensão maior com a mudança de transição do autoritarismo para o sistema democrático dos países da Europa, América e África (TEIXEIRA, 2015).

Em 1991 a Guiné-Bissau abraçou a democracia e realizou as suas primeiras eleições democráticas em 1994. Piter Karibe Mendy ao refletir em sua analogia sobre a emergência de pluralismo em Guiné-Bissau, sustenta que a aderência de democracia neste país tem a ver com a questão de erosão institucional e a instabilidade política; a crise econômica; e a pressão dos doadores num contexto de um clima internacional favorável (MENDY, 1996). Para o sociólogo De Barros, a adesão de sistema democrático na Guiné-Bissau tem a ver com as pressões internas que remetiam a necessidade de uma maior abertura do regime militar que foi instalado no país após o golpe de Estado de 1980. Também, é perceptível as pressões externas que culminaram com a liberalização econômica no início dos anos oitenta, ou seja, momento em que o país acumula dívida externa (DE BARROS, 2014).

Segundo Sangreman e Carlos (2008), em 7 de junho de 1998, a Guiné-Bissau foi confrontada com a guerra civil que se prolongou até 10 de maio de 1999. O conflito causado por divergências internas do PAIGC em relação as diferenças gritantes das condições de vida entre os militares e por revolta do então Chefe do Estado Maior, Ansumane Mané, reagindo uma tentativa de Joao Bernardo Vieira, que queria alterar o tipo de apoio dado ao movimento de Casamance. A guerra civil teve a frente entre junta militar (Ansumane Mané com maioria dos militares que lutaram contra império colonial) e a frente liderado por Joao Bernardo Vieira contanto com apoio militar de Senegal e Guiné-Conakry (SANGREMAN; CARLOS et al; 2008).

Nesta senda, Gomes (2020) frisa que o país está sempre no itinerário de encontrar a base que o permite ter a estabilidade política e paz social, no entanto, ainda não foi o caso, porque em 12 do mês de abril do ano 2012 foi surpreendido com o golpe de Estado, ou seja, com a subversão da ordem constitucional, fato que o remete ao período da transição num espaço de tempo de dois (2) anos. Essa realidade causa a profunda crise institucional política e econômica no país. Em 2014 foi realizada as eleições gerais, sobre as quais o Domingos Simões Pereira foi eleito como primeiro-ministro e José Mario Vaz como presidente da República da Guiné-Bissau. Sabe-se que, desde pós a independência do país, José Mario Vaz foi o primeiro chefe de Estado guineense a terminar a sua magistratura, uma vez que os seus antecessores viram as

suas governanças interrompidas com os golpes de Estado ou por morte. No entanto, o mandato de Vaz foi marcado por profundas instabilidades políticas e preenchido com nove primeiros-ministros. Nesta senda, em 2019 realiza-se as novas eleições legislativas vencidas pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Aristides Gomes como primeiro-ministro, e a eleição presidencial ganha por Úmaro Sissoko Embaló apoiado por Movimento da Alternância Democrática da Guiné-Bissau (MADEM-G15) (GOMES, 2020).

No processo de democratização da Guiné-Bissau se constata vários obstáculos, a saber: clima de demasiada desconfiança entre representados e representantes; o esvaziamento da ideologia política que serviria de base orientadora das ações dos políticos; falta da união ou convergência dos movimentos sociais populares; as relações menos boas dos militares com os políticos; o problema de desigualdades socioeconômicas, de participação política e demais questões (TEIXEIRA, 2015).

#### 4.3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO GUINEENSE

A ideia de desenvolvimento existia claramente nas sociedades africanas. Uma vez que o desenvolvimento constitui um fenômeno presente nas vivências, é um fenômeno endógeno que se encontra por todo mundo, visto que, nas sociedades africanas, o termo aproxima-se a ideia de acumulação para bem-estar da família e da comunidade (KI-ZERBO, 2009).

Carlos Lopes (1982) considera Guiné-Bissau é um país que depende em grande parte da ajuda externa. Ajuda essa que possui a sua origem na relação bilateral e, principalmente, com os organismos internacionais como CEE, COE, PNUD, UNICEF, FAO, etc. De acordo com Lopes (1982), no período de 1976 a 1978, a URSS, a Suécia e a RDA constituíram maiores fornecedores da ajuda bilateral, respectivamente com 15,2%, 13,2% e 11%. Já em 1979, se constata que a Holanda fez uma ajuda que possibilitou a superação de déficit da balança de pagamentos da Guiné-Bissau (LOPES, 1982). Em 1978, o valor de ajuda externa (2100 milhões de pesos) foi superior ao orçamento do Estado, que se compreendia em 1200 milhões para os investimentos, destes 87% foi gasta no exterior (LOPES, 1982). Em consequência, o Estado, por questões inúmeras, que depende fortemente da ajuda externa acaba, de certa forma, colocando em perigo a sua soberania e segurança interna (LOPES, 1982).

E sobre essa dependência dos países de Sul Global para com as políticas desenvolvimentistas e ajuda externa para o desenvolvimento, houve várias críticas a respeito. Neste sentido, Sen (2003) critica essa mesma corrente neoliberal, demonstrando que o desenvolvimento não se resume exclusivamente na ideia de crescimento econômico ou de



Produto Interno Bruto (PIB) de um país, mas sim, pressupõe a liberdade e acesso aos bens públicos (SEN, 2003). Também, Ha-Joon Chang (2004), na sua obra "Chutando Escada", critica o sistema neoliberal de desenvolvimento, alegando que o mesmo simplesmente explora os países em vias de desenvolvimento. Assim, adverte estes que seria impossível conseguirem se desenvolver seguindo o itinerário da política neoliberal (CHANG, 2004). Também, por sua vez, Ki-Zerbo (2003) faz a sua crítica ao pensamento ocidental do desenvolvimento imposto em África, e argumentando que o desenvolvimento não é uma corrida olímpica, na qual uns países ficam a frente (países ocidentais) e os outros atrás (países do Sul Global). Estes tendo os primeiros como o modelo a seguir. Em suma, adverte os países de Sul Global a pautarem um desenvolvimento de dentro, que partiria no local e envolvendo a população local com vista a superar os problemas e desafios locais (KI-ZERBO, 2009).

As críticas sobre as perspectivas de desenvolvimento suscitaram diversos olhares que visam ampliar as dimensões do assunto. Com isso, na visão de sociólogo guineense, Carlos Lopes, o desenvolvimento pressupõe a ideia de satisfazer as necessidades basilares de anseios de população, no que diz respeito a alimentação, habitação, a saúde, a educação e o trabalho (LOPES, 1982). Para economista indiano, Amartya Sen (2003), o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistémica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2003). O desenvolvimento é a multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas. É um fenômeno total e nesta totalidade, os fatores culturais e educacionais constituem os elementos basilares a levar em consideração (KI-ZERBO, 2009).

#### 4.4 SOCIEDADE CIVIL EM GUINÉ-BISSAU

Cardoso (2008) afirma que surgimento da sociedade civil na Guiné-Bissau aconteceu de forma peculiar desde o período pré-colonial, apresentando assim os elementos principais como: movimentos, associações culturais, grupos de discussões e organizações de mulheres. A força da sociedade civil na Guiné-Bissau reside em diferentes fontes históricas, das quais: a evolução das relações e das alianças interétnicas, nos sistemas de autoridades selecionadas a partir de aldeia, as dinâmicas das formações sócio-religiosas e uma variedade de instituições rurais envolvidas na tomada de decisões. Nesta senda, se vê a aparição de grupos de *mandjuandadis* que remonta ao período pré independência e constituíam as estruturas

tradicionais com a capacidade de socialização e refúgio das expressões culturais e sociopolíticas das populações ainda durante a época colonial (CARDOSO, 2008).

Nessa ordem de ideia, Cardoso acrescenta que essas dinâmicas de criação das associações contribuíram para a criação da Liga Guineense em dezembro de 1910, apesar das suas limitações, fundamenta a sua ideologia em pressionar o governo português a levar em consideração a cultura guineense no sistema de ensino, por isso, havia uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua que refletiu significativamente na vida sociocultural da colônia. Durante a luta armada contra colonos foram criadas a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), em 1964 e a União Democrática das Mulheres (UDEMU) cerca de década mais tarde, que serviam inicialmente como estratégias de mobilização do PAIGC. No entanto, depois da independência, essas organizações assim como Juventude Africana Amílcar Cabral e Pioneiros Abel Djassi serviram o Estado como instrumentos de captar as populações rurais e incorporar os que habitavam os centros urbanos. Portanto, tiveram um papel extremamente importante no que concerne a sensibilização, propaganda, colheita de fundos no período do partido único (CARDOSO, 2008).

De acordo com Teixeira (2009), se destacam três grandes momentos da presença da sociedade civil em Guiné-Bissau, a saber: o primeiro momento se refere ao período de 1911 a 1915, com o surgimento da Liga Guineense, uma das primeiras organizações da sociedade civil, que focava no processo da emancipação econômica e comercial do país; o segundo momento compreende-se entre 1950 a 1956, no qual surgiram movimentos independentistas e nacionalistas da sociedade civil que preocupavam em acabar com a dominação colonial, melhorar condições de vida dos povos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e propor princípios da democracia revolucionária como previa o líder Amílcar Lopes Cabral. E, por último, o terceiro momento se refere ao período de 1980 a 1990 que teve a influência das mudanças da política global e o processo de democratização da sociedade, momento que impulsiona a alteração da noção de sociedade civil no país e que preocupava em suprimir a herança colonial portuguesa e o regime totalitário de partido único sob liderança de Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) (TEIXEIRA, 2009).

Já no final do período de partido único e início da democratização precisamente em 1991, Guiné-Bissau viu nascer e crescer diversas formações associativas, partidárias, sindicatos e formações profissionais que atualmente resultaram em conjunto que se denomina sociedade civil. E a nascença e crescimento considerável de diferentes franjas sociais foi possível acontecer por causa da mudança da Constituição da República, que também permitiu o

pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e da imprensa (SANGREMAN *et al*, 2006 *apud* BARROS, 2014).

Diante disso, a proliferação das formações sociais contribuiu positivamente em superar dificuldades das populações carenciadas. A sociedade civil, especificamente a Igreja Católica e as ONGs têm dado uma contribuição da extrema importância para as populações carenciadas que se encontram em diferentes territórios do país, nos quais se constatam a fragilidade e ausência do Estado. Ainda, compreende-se que as instituições religiosas desenvolveram trabalhos relevantes no seio social guineense, porque ajudam a diminuir as necessidades básicas no âmbito da saúde, da educação e entre outros (BARROS, 2012). Neste itinerário, Barros (2014) entende que as organizações da sociedade civil, além de buscarem a suprimir as carências das populações, também têm vindo a posicionar como co-protagonistas do desenvolvimento e superando o próprio Estado em alguns casos, e contribuindo sobretudo para que os cidadãos participem no âmbito político e o desenvolvimento local e do país (BARROS, 2014).

Kodawo (1996) argumenta que a ruptura sociopolítica que resultou na liberalização política na Guiné-Bissau constitui um ponto de partida para a evolução da sociedade civil, uma vez que esse momento se caracteriza por rápido crescimento das suas singularidades e pela diversificação da sua atuação. Nesta ótica, se constata grandes áreas da sociedade civil guineense que apresentaram as mudanças evidentes e importantes. A saber: aqui área se trata do setor das Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais que cresceu rapidamente, uma vez que em 1990 se contava com menos de 10 e em 1996 houve um aumento considerável de 30 ONGs. Simultaneamente, houve o crescimento dos números de ONGs internacionais na Guiné-Bissau, porque passou de 20 na década de 1970, ainda nos anos 80 passou para 50 e para 70 em 1996 (KODAWO, 1996).

A área seguinte se refere o domínio de sindicalismo que se evoluiu também rapidamente, e vê-se a sua ruptura com Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que o dominava. Essa ruptura e liberalização política impulsionou a multiplicação dos números dos sindicatos, que sai da única central legal para quinze de sindicatos, em 1991. A outra área diz-se sobre o domínio da vida associativa que apresentam a sua evolução em duas vertentes, sobre as quais: a primeira é a de multiplicação das associações socioprofissionais, socio-confessionais, culturais, etc, que apresentam a vitalidade da parte mais formal do associativismo. A segunda consiste numa nova modalidade de redes tradicionais de defesa e solidariedade, sobre qual se observa o aumento dos números das associações provinciais e regionais (KODAWO, 1996).

Diante disso, Kodawo (1996) afirma que, em 1994, vê-se a interação entre a sociedade civil com o Estado no período eleitoral das primeiras eleições democráticas, sobre a qual a sociedade civil participa na preparação e observação dos atos eleitorais. Neste sentido, se observa três formas comportamentais participativas eleitorais efetuadas pelos sindicatos, ONGs e associações. Comportamentos esses que separam a sociedade civil em grupos designados: os neutros ativos, os neutros atentos e os engajados.

O primeiro grupo, os neutros ativos, se refere aos grupos que participam na Comissão Nacional de Eleições, com o direito de envolver na preparação e realização das eleições, abdicando tomarem posições políticas explícitas. Esse grupo, com o destaque de Liga Guineense dos Direitos Humanos, fazia campanha de educação cívica, que visava explicar população sobre o sistema democrático, incentivá-la a participar no processo eleitoral e para votarem (KODAWO, 1996).

O segundo grupo, o de neutros atentos, constitui um grupo das organizações de sociedade civil que mantiveram um distanciamento completo no processo eleitoral, ou seja, não participaram desse evento político. Nesse grupo, se via vários sindicatos e ONGs que, muitas vezes, eram conectados com a oposição governamental, por isso resolveram se distanciar do processo eleitoral para se livrarem dessa conexão nesse momento de tomada de decisão política (KODAWO, 1996).

O terceiro grupo, o de engajados, configuram como associações que apresentam a participação direta na mobilização política com apoio direto ao Joao Bernardo Vieira (Nino), então presidente da República da Guiné-Bissau. Nesse grupo se destacam as associações de *mandjuandadis*, fato que levou o questionamento a respeito do verdadeiro lugar das *mandjuandadis* na sociedade civil (KODAWO, 1996). Teixeira, por sua vez, destaca que na Guiné-Bissau, a interação da sociedade civil e o Estado guineense se verifica quando deste se relacionar com ONGs e associações comunitárias, relações essas instigadas pelos projetos financiados pelas organizações interacionais de desenvolvimento (TEIXEIRA, 2015). A interação da sociedade civil com o Estado guineense, tendo o domínio da educação cívica constitui o fundamento dessa relação, constitui uma necessidade de complementariedade com base nas relações pacíficas, que são as condições de sucesso (KODAWO, 1996).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esta monografia buscou a compreensão das perspectivas ocidentais sobre a aparição e concepção de Estado desde século XVI ao século XX, que nasce na base de necessidade dos homens, cujo propósito de apaziguar a guerra de todos contra todos no estado de natureza; a sua aparição deve à ideia de garantir a predominância das leis da natureza, a liberdade, igualdade, a paz, boa vontade e assistência mútua; de criar mecanismos sociais necessários que buscam estabilizar o estado de natureza; também, o olhar ocidental de Estado ilustra o Estado como agente com a capacidade de dominação de classe; com a capacidade de associação institucional de monopólio de violência física legítima e de ordenamento jurídico.

Além disso, reforça com a leitura da primeira experiência da democracia em Atenas, as suas características, seus princípios relacionais entre governantes e governados, a sua reinvenção que buscava a convergência com os desafios e necessidades sociais a partir do século XVII. Ademais, remete a percepção de diferentes perspectivas ou correntes democráticas, como elitismo democrático com a sua ascendência no século XIX e XX; e a teoria do pluralismo democrático. Ainda, descreve a concepção da democracia na contemporaneidade, as suas características, seus arranjos institucionais a adotar para que um país seja considerado democrático. Por outro lado, ilustra que a sociedade civil na perspectiva ocidental constitui a comunidade pública ético-política, enquanto a oposição ao estado da natureza, um conjunto de relações sociais comerciais, como superestrutura, espaço de democratização, uma rede de associações autônomas e independentes do Estado, a consciência coletiva da participação e como uma dimensão tripartite.

Também, a monografia descreve a concepção de nação na perspectiva africana, os seus atributos, as suas dimensões, as ideias, experiências e desafios da construção do Estado nas sociedades africanas no período depois das suas independências face ao jugo colonial. E os seus fracassos na consolidação de sistema socialismo africano enquanto um sistema estrutural sociopolítico. Demonstra que nas sociedades africanas tradicionais, na época pré-colonial, não se constatava a divisão de dimensão civil e política, não havia a preocupação de separação de Estado e sociedade civil. Diante disso, anota a predominância de coletivismo em detrimento de individualismo. Com a construção de Estado moderno, a separação deste com a sociedade civil, sobre a qual se compreende pela sua característica com base nos diferentes momentos.

Em seguida, ilustra os grupos sociais/“étnicos” que compõem a sociedade guineense, as suas estruturas, as suas relações com o jugo colonial, as suas resistências para conquistar a independência. E prossegue com o processo, os desafios para a construção, democratização e

consolidação do Estado da Guiné-Bissau após a independência. Com a conceituação, descrição histórica daquilo que vem sendo as roupagens e perspectivas que a ideologia da política desenvolvimentista tem adotado ao longo dos tempos, levando em consideração as críticas sofridas, os desafios e necessidades sociais. E desenrola com a questão de desenvolvimento no contexto de Estado da Guiné-Bissau. Sua forma depende fortemente da ajuda externa, tendo-a como a via para se desenvolver. Portanto, fecha-se com a questão da singularidade da sociedade civil guineense no que tange a sua aparição, a sua dimensão, dinâmica, a sua relação com o Estado guineense, a sua transformação em diálogo com as exigências e desafios sociais em cada momento.

A leitura das abordagens levantadas, ao longo desta monografia, sobre as teorias de Estado, democracia, sociedade civil e desenvolvimento remete, de modo geral, a compreensão desses debates, as suas diferentes leituras, as suas dimensões e limites nos olhares ocidentais e africanas. E, especificamente, possibilita a entender a peculiaridade de Estado guineense e a sua sociedade civil desde as suas construções, os seus desafios nos processos de edificações, democratizações e consolidações.

Também, esses debates trazidos a respeito de Estado, democracia, sociedade civil e desenvolvimento, analisando a realidade estatal, democrática e desenvolvimentista no contexto da Guiné-Bissau, fez perceber que existe a singularidade, particularidade e princípios diferentes no processo de construção de Estado, na democratização e na perspectiva desenvolvimentista consoante a realidade sociopolítica, econômica e ambiental de qualquer país. Nesta perspectiva, remete a compreender que princípio de heterogeneidade, apesar de configurar como a base das sociedades africanas, tem constituído um problema democrático, uma vez que não é tido como um dos elementos indispensáveis da constituição, edificação de nação-Estado e da consolidação da democracia. Por isso, faz-se necessário que o Estado da Guiné-Bissau busque se consolidar, a sua democracia e se desenvolver levando em consideração os parâmetros e dimensões da sua realidade sociocultural, respeitando a sua diversidade ”-étnica” que constitui a sua base da construção da identidade nacional e da sustentação da sociedade guineense. Além disso, remete a necessidade de Estado da Guiné-Bissau criar ambiente da estabilidade política, respeite os desígnios de separação dos poderes (poder judicial, legislativo e executivo), fortifique as suas instituições democraticamente, estabeleça uma verdadeira e inseparável relação de complementariedade com a sociedade civil, que transcenda o momento de processo eleitoral.

Importante que a sociedade civil busque se fortificar, empoderar os seus associados e a sociedade em geral, por meio das suas organizações em diversas áreas e temáticas de interesse coletivo, para ajudar a população guineense a desenvolver as suas capacidades de pertença que

os possibilitaria a conhecer melhor os seus direitos e deveres. Assim, para que possam saber exercer os seus direitos cívicos de protestarem, reivindicarem e saírem nas ruas aquando estarem perante a violação dos seus direitos humanos. E, sobretudo, essa dinâmica ajudaria na construção duma sociedade pública ético-política, como espaço de democratização, de associações autónomas, com consciência coletiva da participação, com a capacidade de projeção de políticos, governantes compromissados e com pautas sociais, uma vez que viriam duma sociedade civil consciente e mais sólida civicamente. Tudo isso, para poder proporcionar um desenvolvimento que preocupa colocar a população guineense e o seu bem-estar (direito a saúde, educação, acesso aos bens públicos, a liberdade etc.) no centro de atenção, permitindo-a participar ativamente nesse processo, respeitando as suas singularidades, anseios e prioridades comunitárias, identitárias, ambientais e valorizando os produtos locais. Isso não pressupõe negar as relações bilaterais, regionais e continentais com os outros Estados, ou seja, negar a realidade de globalização e de sistema-mundo, mas sim, convoca o distanciamento das relações prejudiciais ao cofre de Estado, aos recursos naturais e mineiros da Guiné-Bissau, uma vez que acarreta mais miséria ao povo guineense.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. **A importância dos clássicos.** In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria social hoje.** Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999. – (Biblioteca básica).
- ANYIDOHO, Kofi; LAUER, Helen. **o resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**– Brasília: funag, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. "**Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política.**" *Opinião Pública* 18.2 (2012): 383-398.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Guianfranco. **Dicionário de política.** Editora- UNB, 11ª edição. Ano- 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69). Tradução de: Stato, governo, società: per una teoria generale della politica.
- BOTELHO, André (Ed.). **Essencial sociologia.** Penguin Classics e o., 2013.
- CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do partido.** EDITORA: in nota da editora Seara Nova, na edição de 1974 deste texto
- CARDOSO, Alice Vera. **A invenção e as reinvenções da Democracia.** In: Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Ricardo Fabrino Mendonça, Eleonora Schettini Martins Cunha (Organizadores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil.** In: Lusotopie, n°2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282.
- CARDOSO, Carlos. "**Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau.**" CONFERÊNCIA GERAL DE CODESRIA. Vol. 12. 2008.
- CARDOSO, Vera Alice. **A invenção e reinvenções da democracia.**
- COHEN, Jean L. e ANDREW Arato. **Sociedad civil y teoría política.** D. R. Fondo de Cultura Económica. Carretera Picacho-Ajusco 227; 14200. México, D. F.
- CUNHA, Eleonora Schettini; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Teorias Democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação.** In: Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Ricardo Fabrino Mendonça, Eleonora Schettini Martins Cunha (Organizadores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.



- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. 230 p. Tradução de: On democracy ISBN: 85-230-0621-4.
- DE BARROS, Miguel. **A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)**. *Africana Studia*, n.º 18, 2012, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- DE BARROS, Miguel. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas**. UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: outubro de, 2014.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. Instituto nacional de estudos e pesquisa. Bissau, janeiro de 1995.
- CARDOSO, Carlos. **Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau**. Codesria. Yaoundé, Cameroun. 2008.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Unesp, 2004.
- COSTA, Sérgio. **Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil**. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 43, 1997.
- ELAIGWU, J. Isawa. **Construção da nação e evolução das estruturas políticas**. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.
- FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. **Evolução do (s) conceito (s) de desenvolvimento. Um roteiro crítico**. *Cadernos de estudos africanos*, n. 34, p. 113-144, 2017.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Editora: Victor Civita. Ano-1983. Tradução de Joao Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva.
- JAUARÁ, Manuel. **Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**. *África*, n. 24-26, p. 119-145, 2009.
- KAY, Cristóbal. **As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento**. Caderno CRH, Salvador. V. 31, n. 84. set./dez. 2018.
- KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. **Construção da nação e evolução dos valores políticos**. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para Quando A África?** Entrevista com René Holenstein. Tradução Carlos Aboim de Brito. – Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- KODAWO, Fafali. **Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau (1991-1996)**. In: KODAWO, Fafali; MENDY, Piter Karibe (org.). **Pluralismo político em Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Instituto Nacional de Pesquisa. Ano 1996.

- LOCKE, John. **Two treatises of civil government**. London, Every man`s Library, 1966. P-117-241. Tradução de Cid Knipell Moreira.
- LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Edição 70. Biblioteca dos estudos africanos. Lisboa. Ano 1982.
- MACHADO, José Ângelo. **Poder, política e Estado**. In: MENDONÇA, Ricardo F.; CUNHA, Eleonora S.M. Introdução à teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- MANGO, Armando. **Os brames da Guiné-Bissau (séculos xviii-xx) história e antropologia**. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2001.
- MARRE, Jacques A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Seminário de pesquisa do oeste do Paraná fundação universidade estadual do oeste do paraná cascavel (pr), 16 a 18 de outubro de 1991.
- MENDY, Piter Karibe. **A emergência de pluralismo político na Guiné-Bissau**. In: KODAWO, Fafali; MENDY, Piter Karibe (org.). **Pluralismo político em Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Instituto Nacional de Pesquisa. Ano 1996.
- MUTZENBERG, Remo. SOARES, Eliane Veras. **Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 15, p. 49-68, 2009.
- ORAMAS, Oscar. **Amílcar Cabral: para além do seu tempo**. Universidade de Cabo Verde. Praia, novembro de 2014.
- SANGREMAN, Carlos, et al. Guiné-Bissau (1994-2005). **Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil**. Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l`histoire et de la colonisation portugaises, 2008, XV (1): 3-25.
- SEN, Amartya. **O Desenvolvimento como Liberdades**, Gradiva, Lisboa; 2003.
- TEIXEIRA, Ricardinho Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006** / – Recife: O Autor, 2008. 132 folhas: il., quadro, tab.
- TEIXEIRA, Ricardinho Jacinto Dumas. **"Transição democrática e modelos de democracia."** Tensões Mundiais 11.21 (2015): 199-223.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações. Tradução e notas: Marco Antônio Casanova**. - São Paulo: Martin Claret, 2015. (Coleção a obra-prima de cada autor, 80).